

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Iara Oliveira Silva e Freitas

**UMA ETNOECOLOGIA ABRANGENTE DOS “RETIREIROS”:
Compreendendo Conflitos Entre o Parque Nacional da Serra do Cipó e
a Comunidade Local**

Belo Horizonte

2015

Iara Oliveira Silva e Freitas

UMA ETNOECOLOGIA ABRANGENTE DOS “RETIREIROS”:
Compreendendo Conflitos Entre o Parque Nacional da Serra do Cipó e a
Comunidade Local

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Ana Beatriz Vianna Mendes

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2015



*“ Luz do sol
Que a folha traga e traduz
Em verde novo
Em folha, em graça
Em vida, em força, em luz...”*

*Céu azul
Que venha até
Onde os pés
Tocam a terra
E a terra inspira
E exala seus azuis...*

*Reza, reza o rio
Córrego pro rio
Rio pro mar
Reza correnteza
Roça a beira
A doura areia...*

*Marcha um homem
Sobre o chão
Leva no coração
Uma ferida acesa
Dono do sim e do não
Diante da visão
Da infinita beleza...”*

Caetano Veloso

AGRADECIMENTOS

*“Não sei... Se a vida é curta
Ou longa demais para nós,
Mas sei que nada do que vivemos
Tem sentido, se não tocarmos o
coração das pessoas.”*

Cora Coralina

Agradeço a todos que tocaram meu coração durante esses quatro anos e meio de graduação em Ciências Socioambientais e durante toda minha vida. Primeiramente agradeço ao Deus de amor e a toda espiritualidade amiga que sempre me intuiu, me deu calma, força e discernimento, em todo meu caminho.

Agradeço muito a todos os retireiros, que sempre contribuíram, com boa vontade e carinho para o desenvolvimento desde trabalho, compartilhando seus saberes e histórias. Em especial, a: Ideu, Fatinha, Zé Levi, Cidinha, Peixe, Joãozinho, Netinha, Mônica, Zé Miné, Deusdita e Eurico.

À equipe Projeto Cipó: Bia, Léo, Amanda, Giulia e Rafa, pelos inúmeros encontros que me faziam crescer como cientista socioambiental a cada dia. Agradeço por estarem presentes nos trabalhos de campo, fazendo destes mais enriquecedores. Obrigada pela amizade, apoio e colaboração para realização deste trabalho. Agradeço em especial, à Bia, pela orientação, paciência e enorme contribuição, me fazendo enxergar sempre além.

À minha mãe, Dri, por sempre estar ao meu lado, me ensinando a importância e beleza da Educação no mundo. Ao meu pai, Zé, por, sempre presente, me ensinar o valor da simplicidade na vida e as belezas no ar fresco das montanhas. A vocês a eterna gratidão da vida.

Agradeço à minha Avó Zulma, por todo apoio, carinho e conselhos. Aos meus lindos e amados irmãos: Luan, Jonas, Iran, Davi e Francisco, pelo amor de todo dia, me ajudando sempre a ser melhor na vida, amo vocês. À Simone, pelo carinho e ouvidos atentos aos meus casos e conflitos durante toda a graduação. À toda minha família, obrigada sempre.

Ao meu companheiro e amigo, Robert, por contribuir com minha formação, compartilhando andanças por Minas Gerais, trilhando caminhos em que o “bom dia” é sincero, o fogão à lenha acolhedor e a água é boa de beber. Me fez valorizar, ainda

mais, os conhecimentos, histórias e saberes desse nosso povo de luta, da roça, do mato. E, que com amor, me fez compreender o Amor ao próximo, meu muito obrigada.

Obrigada à todos os Malucos Beleza, Caixa Baixa e Velha Guarda, pela alegria, apoio e irmandade de sempre. Agradeço, em especial, às minhas amigas irmãs, Flora, Gabriela, Helena, Anis e Marina, por compreenderem minha ausência em alguns momentos e, muitas vezes, estando longe sempre senti-las perto no coração. E na presença, obrigada pelas conversas compreensivas, reflexivas e gargalhadas essenciais para o dia de amanhã.

Obrigada aos amigos de luta e de mato, Carina, Dé, Lud, Sal, Flavin, Rond, Rafa, Karina, pelos diversos debates socioambientais às beiras das fogueiras, pelos dias de luta e noites de amor, vocês me inspiram.

A todos integrantes do GESTA (alunos e professores), que nos encontros de quinta-feira me inspiravam pela vontade de lutar para um novo amanhã. Agradeço, em especial, à prof. Andréa Zhouri pelo apoio à pesquisa, pela compreensão de minha ausência para escrita deste trabalho e pelas aulas de Ecologia Política, que ao me transformarem ficaram guardadas na memória e no coração.

A todos os professores do curso de Ciências Socioambientais, pela grande contribuição em minha formação. Gratidão, em especial, àqueles que abraçaram o curso, com pernas e braços, se esforçando ao máximo à perpetuação deste.

A todos os amigos e colegas que contribuíram e contribuem para a construção do Centro Acadêmico de Ciências Socioambientais (CASA), que ajudaram a fortalecer, através da luta, ainda mais o nosso curso. Obrigado pelas incontáveis reuniões e o esforços para que se tornasse cada vez mais participativo.

Aos queridos colegas Socioambientais, que durante esses quatro anos e meio de graduação sempre estiveram comigo sociambientalizando pelos corredores da FAFICH, e principalmente, em nosso CASA. Obrigada aos inúmeros debates na cantina, uma hora antes das aulas, conversando sobre os textos, esclarecendo dúvidas e, também, jogando conversa fora. Agradeço, em especial, à minha turma de 2011 por terem tornado esse curso ainda mais especial, nas figuras de Fernando, Léo, Papas, Gabriel, Nath, Flavinha, Nição, Gabi, Nayara, Felipe, Lucas's, Markito, Jú e (saudosa) Carol.

E, para finalizar, agradeço aos Estudantes de Ciências Ambientais do Brasil, que por meio I e II Encontro Nacional de Ciências Ambientais, vêm construindo coletivamente o que é ser um “Cientista Ambiental ou Socioambiental”.

RESUMO

O Parque Nacional da Serra do Cipó foi criado em 1984 na porção sul da cordilheira do Espinhaço – MG. Este foi implantado se sobrepondo a um território social, gerando conflitos com as comunidades que ali viviam com modos de vida tradicionais. Estas foram proibidas de continuar exercendo seus modos de vida e, a maioria, foi desapropriada para implantação do Parque. O processo de desapropriação continua em aberto, fazendo com que moradores e ex-moradores do território ainda reivindiquem seus direitos à terra ou ao pagamento. Hoje existem cinco famílias que resistiram dentro da área do Parque, na região chamada de Retiro, lugar foco desta pesquisa, determinada Zona de Ocupação Temporária, como consta no Plano de Manejo do PARNA Serra do Cipó.

Uma vez que a grande contribuição de povos e comunidades tradicionais para a manutenção da biodiversidade local pode ser considerada o ponto principal da etnoecologia, que contribui também para a revalorização das culturas tradicionais, buscou-se a partir da Etnoecologia Abrangente (termo criado por José Geraldo Marques, 2001), compreender as mudanças ocorridas nos modos de vida das pessoas que hoje ainda moram dentro da área delimitada como PARNA Serra do Cipó e os conflitos gerados desde a chegada deste, de modo a gerar subsídios para atuação do Poder Público para a garantia de defesa dos direitos dessa comunidade.

Ao descrever cinco conexões básicas entre os moradores do Retiro, seu território e suas principais transformações do passado para o presente ficou evidente o quanto a implantação desta unidade de conservação de proteção integral em área sobreposta a um território social acarretou transformações significativas no espaço, na biodiversidade local e nesses modos de viver, ser e reproduzir o/no lugar. Assim, ao final, o trabalho apresenta experiências de gestões de UCs de proteção integral, como Parques Nacionais, mais integradas as comunidades locais, de modo a contribuir com o conflito em questão.

Palavras-chave: Populações Tradicionais, Parque Nacional da Serra do Cipó, Conflitos, Etnoecologia Abrangente e Saberes Locais.

ABSTRACT

The Serra do Cipo National Park was created in 1984 in the southern portion of the range of Cordilheira do Espinhaço - MG. This was implemented overlapping a social territory, causing conflicts with the communities living there with traditional ways of life. These were not allowed to continue exercising their ways of life and, most, was expropriated for deployment of the Park. The expropriation process remains open, so that residents and former residents of the territory still claim their land rights or payment. Today there are five families who resisted within the Park area, in the region called Retiro, place focus of this research determined Temporary Occupation Zone, as stated in the Management Plan of PARNA Serra do Cipo.

Since the great contribution of people and traditional communities to maintain local biodiversity can be considered the main point of ethnoecology, which also contributes to the upgrading of traditional cultures, we tried to from the Comprehensive Ethnoecology (term created by José Geraldo Marques, 2001), to understand the changes in lifestyles of the people who today still live within the defined area as PARNA Serra do Cipo and conflicts generated since the arrival of this, in order to generate subsidies for activities of the government to guarantee defending the rights of this community.

In describing five basic connections between residents of Retiro, its territory and its main changes from past to present it was evident how much the deployment of this strictly protected plant in overlapping area to a social territory led to significant changes in space, biodiversity place and these ways of living, being and reproduce the / in place. So in the end, the paper presents managements experience of full protection Conservation Units, such as National Parks, more integrated with local communities in order to contribute to the conflict in question.

Keywords: Traditional populations, Serra do Cipo National Park, Conflict, Comprehensive Ethnoecology and Local Knowledge.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PARNA	Parque Nacional
PL	Projeto de Lei
PM	Plano de Manejo
PNJ	Parque Nacional do Jaú
PNSCI	Parque Nacional da Serra do Cipó
RBSE	Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SOCT	Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia
TC	Termo de Compromisso
UCs	Unidades de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do PARNA Cipó	19
Figura 2 – Mapa Mental do Retiro antigamente, Realizado por José e Zé Miné	31
Figura 3 – Mutamba	33
Figura 4 – Cordião	33
Figura 5 – Cabeba	33
Figura 6 – Mentrásta	33
Figura 7 – Barbaçu	34
Figura 8 – Passo de Abelha	34
Figura 9 – Guiné	34
Figura 10 – Camarão	34
Figura 11 – Amora do Mato	35
Figura 12 – Quebra Pedra	35
Figura 13 – João das Costas	35
Figura 14 – Carrapicho Fucinho de Boi	35
Figura 15 – Favaquinha	36
Figura 16 – Saião	36
Figura 17 – Pé de Pombo	36
Figura 18 – Coqueiro da Macaúba	37
Figura 19 – Coco da Macaúba no quintal de José e Aparecida, sendo secado para ser utilizado na fabricação de sabão	37
Figura 20 – Assapeixe	38
Figura 21 – Novalgina Caseira	38
Figura 22 – Picão	38
Figura 23 – Manimônio	38
Figura 24 – Abóbora	39
Figura 25 – Urucum	39
Figura 26 – Bananal	39
Figura 27 – Café	39
Figura 28 – Nódia de Jatobá	40
Figura 29 – Embaúba	41

Figura 30 – Jurubeba	41
Figura 31 – Fava	42
Figura 32 – Feijão Andú	42
Figura 33 – Casa do Nedil	43
Figura 34 – Plantação de Feijão	43
Figura 35 – Vassourinha Doce	44
Figura 36 – Espada de São Jorge	44
Figura 37 – Boldo	45
Figura 38 – Losma	45
Figura 39 – Capim Cidreira	45
Figura 40 – Arruda	45
Figura 41 – Árvore Pau Monjolo	46
Figura 42 – Sementes de Pau Monjolo	46
Figura 43– Mamona	47
Figura 44 – Elementos simbólicos na porta de casa de Antônio	52
Figura 45 – Cadela e sua cria no quintal de José e Aparecida	52
Figura 46 – Animais no quintal de Ideu e Fátima	53
Figura 47 – Aparecida e José na porta de sua casa feita de pau-a-pique	59
Figura 48 – Cruzeiro colocado por Ideu e seu irmão	62
Figura 49 – Cruz e imagem de São João na porta da casa de Nediu	62
Figura 50 – Árvore Genealógica da Família Siqueira	64

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II – ENTRE SERRAS: UM PARQUE, MUITOS CONFLITOS	19
CAPÍTULO III – ENTRE OLHARES, CONEXÕES E TRANSFORMAÇÕES: O SER “RETIREIRO”	27
3.1 – O Retiro	29
3.2 – Conexões: O ser “Retireiro”	32
3.2.1 – Entre Homem/Vegetal	32
3.2.2 – Entre Homem/Animal	51
3.2.3 – Entre Homem/Mineral	58
3.2.4 – Entre Homem/Religiosidade	59
3.2.5 – Entre Homens	63
3.3 – As transformações do lugar, uma análise dos “Retireiros”	65
CAPÍTULO IV – ENTRE REALIDADES, DEBATES E PROPOSTAS: A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIODIVERSIDADE PARA A BIODIVERSIDADE	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	84

Capítulo I - INTRODUÇÃO

Desde março de 2014 estou envolvida como pesquisadora bolsista de extensão com projeto de pesquisa *O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e populações locais: desvelando conflitos e histórias marginalizadas*¹, coordenado pela Professora Doutora em Antropologia Ana Beatriz Vianna Mendes, sendo este trabalho apresentado como um resultado parcial do projeto. O mesmo tem apoio do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) e do Programa Cidade e Alteridade (Faculdade de Direito/UFMG). Envolve ainda a participação dos pesquisadores Amanda Cristina Nunes Pacífico (graduanda em Ciências Socioambientais), Giulia Volpini Soares de Gouvêa (graduanda em Antropologia), Rafael Otávio Luciano Goulart (graduando em Geografia), Leonardo Vasconcelos de Souza (Mestrando em Geografia e orientador de campo do projeto), formando assim a Equipe Projeto Cipó.

Este projeto de pesquisa, que teve início em outubro de 2013, tem como objetivo principal compreender como foi a implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó, criado na década de 80² na região sul da cadeia do Espinhaço em Minas Gerais, do ponto de vista das pessoas que ali moravam e quais foram suas implicações em termos de relação com a natureza, sociabilidade e dinâmicas identitárias³.

Durante esse período de um ano envolvida com o projeto, pude perceber a potencialidade do conflito em análise de gerar subsídios para pesquisas acadêmicas de cunho participativo, que se propusessem a dar visibilidade e a contribuir para a garantia dos direitos das populações envolvidas, que têm sido historicamente marginalizadas. Inicialmente, lendo as ATAS e participando das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Cipó (PNSCI) e da APA Morro da Pedreira⁴, identifiquei uma comunidade que seria afetada com uma possível expansão do PNSCI. O primeiro projeto escrito para o Trabalho de Conclusão de Curso foi tratando desse tema, mas, a partir de conversas com responsáveis dentro do ICMBio tive a informação de que a proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra do Cipó era somente uma proposta, e que não era considerada uma prioridade do ICMBio.

¹ Denominado pela equipe como Projeto Cipó. O projeto foi aprovado pela FAPEMIG (Edital Demanda Universal) em 2014.

² O Parque Nacional da Serra do Cipó (PNSci) foi criado em 1984 a partir de um Parque Estadual existente no local desde 1975, aumentando a área de conservação em 22%.

³ Trecho retirado do Projeto “O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e populações locais: desvelando conflitos e histórias marginalizadas”, submetido ao Edital FAPEMIG 01/2014 – Demanda Universal.

⁴ Área de Proteção Ambiental que está localizada no entorno do PNSCI. As reuniões do Conselho Consultivo das UC's acontecem juntas, sendo os os conselheiros da APA os suplentes dos conselheiros Parque Nacional e vice-versa.

A vontade em contribuir para o Projeto Cipó e, de alguma forma, para a vida daquelas pessoas com quem estávamos nos envolvendo durante o desenvolver da pesquisa, continuou, cresceu e permaneceu. Foi no ir e vir de viagens pelas curvas de Minas Gerais, que me encantei com as simplicidades de quem vive na roça mineira: O prozear na beira do fogão à lenha, o café passado na hora, nas relações estreitas com a água que passa no quintal, com as frutíferas plantadas em terra que tudo dá, na lida com o animal, na lida com a roça e o contar dos casos de onça, de boiada, de andanças. Quando conheci o Retiro⁵, lugar de estudo deste trabalho, primeiro me encantei com o sol corando a terra, depois, ao ver uma casa de barro e uma cerca de candeia me senti abraçada e, adiante, fui abraçada e acolhida com um café na beira de um fogão a lenha. Na despedida, me emocionei ao pensar que tantas pessoas que ali moravam, relacionando de uma forma tão próxima à terra, foram sendo expulsas do seu lugar.

A partir desse dia, primeiro campo no Retiro, iniciei a pensar sobre o desenvolvimento de meu trabalho de conclusão de curso naquele local, com aquelas pessoas. Mas, o que fazer? Falar sobre os modos de vida? Como envolver o conflito Unidade de Conservação/Populações Tradicionais? Como contribuir para a garantia dos direitos desses moradores? Qual metodologia usar? Foi então que Ana Beatriz, Bia, minha orientadora, me indicou a leitura do livro *Pescando Pescadores*, de José Geraldo Marques, quando tive a oportunidade de conhecer Etnoecologia Abrangente⁶. O termo me deixou encantar pela possibilidade de fazer uma análise socioambiental mais ampla do tema em questão e introduzir, inclusive, a questão do conflito que se estabeleceu na região desde a chegada do Parque Nacional da Serra do Cipó na década de 80.

O conflito específico mencionado faz parte de um universo mais amplo: o estabelecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral⁷ em territórios de uso tradicional, causando, em geral, um conflito territorial entre populações que reproduzem seus modos de vida conectados àquele local, e o Estado, que tem como uma das principais estratégias para conservação da natureza a criação de áreas isoladas da permanente presença humana.

Essa ideia apresentada de “natureza intocável” como modelo de criação de UCs, denominada como corrente preservacionista, tem suas origens nos Estados Unidos, a

⁵ Lugar localizado dentro da área do Parque Nacional da Serra do Cipó, onde hoje resistem alguns moradores.

⁶ O termo será explicado adiante.

⁷ Como descrito pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (2000), Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico “*preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais*”.

partir de meados do século XIX. Segundo Diegues (2000) trata-se de uma ideologia que toma o ser humano como, necessariamente, destruidor da natureza. Sendo assim, propõe-se a necessidade de criar “ilhas” de conservação ambiental, em que o habitante da cidade pudesse apreciar a beleza cênica da natureza selvagem.

Esse modelo de UC, quando implantado, gera conflitos em áreas habitadas por populações indígenas, quilombolas ou por povos tradicionais, por restringir o modo de vida dessas comunidades que, muitas vezes, desenvolveram formas de apropriação comunal desses espaços (Diegues, 2000). Segundo Arruda (1999, p.84), essas áreas transformadas em unidade de conservação, passam a ser geridas para “*benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais*”.

Desde a década de 60 e 70 surge, internacionalmente, a vertente conservacionista, que passa a questionar a expulsão de moradores tradicionais de Unidades de Conservação. Segundo Diegues (2000), o principal embasamento para esta contestação se baseou no fato dos Povos e Comunidades Tradicionais contribuírem para a conservação a partir de seus modos de interação com o ambiente. De acordo com Araújo (2002 *apud* Santilli 2003), existem vários estudos que atestam as populações tradicionais como, em grande parte, responsáveis pela diversidade biológica de nossos ecossistemas. Sendo assim, a expulsão desses povos de ambientes em que há interação e manejo da natureza de forma tradicional, acarreta também a perda da biodiversidade local. Para Toledo (2001) a ideia de que “a biodiversidade mundial somente será conservada com a conservação da diversidade cultural e vice-versa” se tornou, a partir de pesquisas realizadas nas últimas três décadas por Biólogos, Antropólogos, Linguísticos e Etnólogos da área, um princípio compartilhado.

Arruda (1999, pag. 83), questiona, ainda, a pouca ou ausência participação desses povos e de seus conhecimentos na elaboração de políticas públicas:

“Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental.

No Brasil, a preocupação com os povos tradicionais que vivem em UCs é

recente. Passa a pautar o debate nacional também a partir do processo de redemocratização brasileira em fins da década de 80.

Em 2000 foi promulgada a Lei Federal 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Esta é considerada, por alguns conservacionistas, um grande avanço para a conservação ambiental no Brasil, uma vez que são regulamentadas Unidades de Uso Sustentável que possibilitam a permanência de populações tradicionais nesses territórios. No entanto, segundo Mendes (2009), o SNUC além de continuar não permitindo a permanência em caráter definitivo de populações tradicionais em áreas de proteção integral, impõe restrições às populações tradicionais que vivem no interior de UCs de uso sustentável. Creado e Ferreira (2012) apresentam a hipótese de que o SNUC foi um acordo contingente entre diferentes posições ambientalistas, uma centrada na manutenção da biodiversidade e outra, no direito dos povos afetados pelas UCS.

A grande contribuição de povos e comunidades tradicionais para a manutenção da biodiversidade local pode ser considerada o ponto principal da etnoecologia, oferecendo, segundo Toledo (2001), uma forma integrativa de estudar o processo humano de apropriação da natureza. O enfoque holístico e interdisciplinar, característicos da etnoecologia, permitiram um estudo complexo dos saberes tradicionais, composto pelo sistema de crenças, o conjunto de conhecimentos e de práticas produtivas. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Marques (2001) definiu a etnoecologia como:

“...o estudo das interações entre humanidade e o resto da esfera, através da busca da compreensão dos sentimentos, comportamentos, conhecimentos e crenças a respeito da natureza, característicos de uma espécie biológica (*homo sapiens*) altamente polimórfica, fenotipicamente plástica e ontogeneticamente dinâmica, cujas novas propriedades emergentes geram-lhe múltiplas descontinuidades com o resto da própria natureza. Sua ênfase, pois, deve ser na diversidade biocultural e o seu objetivo principal, a integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico”. (Pag. 49)

Toledo e Barrera-Bassols (2009) apontam que o estudo etnoecológico, a partir do diálogo de saberes e investigação participativa, contribui também para a revalorização das culturas tradicionais, geralmente marginalizadas e exploradas. Sendo

assim, vale aqui mencionar a contribuição dessa nova ciência para o conflito em questão, uma vez que há na região uma histórica invisibilização da comunidade em estudo e busca-se levantar seus conhecimentos e modos de vida como um mecanismo que possa contribuir para a garantia de direitos dos mesmos.

“A etnoecologia tem a singular tarefa de decifrar a “memória da espécie” e de reivindicar e revalorizar, de passagem, aqueles que a representam e a mantêm viva.” (TOLEDO BARRERA-BASSOLS 2009, pag. 44)

José Geraldo Marques, em “Pescando Pescadores” (2001) descreve um conceito, de criação própria, mais amplo: a Etnoecologia Abrangente. De acordo com o autor o termo emergiu na tentativa de lidar com uma avalanche de dados coletados e reflexões pós campo, uma maneira complementar de se fazer etnoecologia. O termo visto a partir da proposta abrangente é definido como:

“... é o campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermediam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes” (Pag. 16)

Em sua pesquisa, Marques (2001), aponta cinco conexões básicas universais para uma análise conexiva, são elas: Homem/mineral; Homem/vegetal; Homem/animal; Homem/Homem e a conexão Homem/sobrenatural. Almada (2012), no concluir de seu trabalho, diz sobre a importância da abrangência da etnoecologia:

“Para que a etnoecologia possa continuar de forma fecunda sua empreitada científica e, por que, não política, precisa de fato ser *abrangente*, atenta à complexidade, diversidade e transformações dos sistemas socioecológicos que busca investigar.” (ALMADA, 2012, p. 173)

Foi a etnoecologia abrangente que clareou os caminhos dessa pesquisa e fez crescer o brilho do meu olhar sobre sobre a mesma, pude assim abarcar ideias múltiplas, conhecimentos diversos e informações interdisciplinares e definir o termo como um referencial teórico e metodológico para o desenvolvimento do trabalho.

Essa pesquisa busca, a partir da Etnoecologia Abrangente, compreender as mudanças ocorridas nos modos de vida das pessoas que hoje ainda moram dentro da área delimitada como PARNA Serra do Cipó e os conflitos gerados desde a chegada

deste. Assim, tem-se como objetivos: descrever o que é o Retiro a partir das percepções e conhecimentos dos moradores do Retiro; investigar e descrever como eram as formas de viver, as tradições e as inter-relações comunitárias antes da chegada do Parque; compreender as relações e conhecimentos atuais dos moradores do Retiro e analisar os impactos da chegada do Parque Nacional da Serra do Cipó no modo de vida destes. Ainda, como objetivos específicos, pretende-se: fazer um levantamento sobre construções, frutas, flores, hortaliças e leguminosas presentes nos quintais, e a respectiva importância dessas para os moradores; perceber as relações de trocas e reciprocidades entre os moradores do Retiro; perceber e descrever os conhecimentos da população local sobre as plantas nativas para o uso medicinal e alimentar, os animais, o rio e a terra; compreender os graus de importância dos espaços para os moradores e, por fim, gerar subsídios para atuação do Poder Público para a garantia de defesa dos direitos dessa comunidade. Considero importante atentar às observações também para a singularidade e individualidades dos sujeitos, tentando abandonar imprudentes generalizações⁸. Outra consideração a ser feita é que as mudanças nos modos de vida desses moradores não são, necessariamente, ocasionadas por um único fator (no caso o Parque). No entanto, ao escolher como foco de análise as pessoas que atualmente vivem dentro do Parque, ao longo da pesquisa, foi possível constatar a implantação do PNSCI como um fator crucial para tais mudanças.

Durante o curso de graduação em Ciências Socioambientais pude perceber a falta de interação entre as áreas de conhecimento na Universidade que discutem e estudam a área ambiental (Biologia, Antropologia, Geografia, Engenharia e Economia). Ao pensar a relação dos pesquisadores ambientais com as Ciências Sociais essa relação fica ainda mais distante. Leff (2000) ao considerar o ambiente como algo complexo, propõe a quebra da hegemonia do pensamento científico e a busca pelo conhecimento interdisciplinar, proporcionando a união e o diálogo horizontal entre os saberes ambientais. Da mesma forma, acredito que a pesquisa a ser realizada pode contribuir para uma discussão na academia de uma visão ambiental mais integrada, sendo fruto do aprendizado que vem sendo construído no curso de Ciências Socioambientais.

De um modo geral, essa pesquisa pretende contribuir para um processo, ainda em curso, em relação a dicotomias e antagonismos muitas vezes presentes em Unidades de Conservação de proteção integral, entre órgãos gestores e populações locais. Assim,

⁸ Metodologia apontada por Marques (2001 p.14)

essa pesquisa pode contribuir para o estabelecimentos de relações mais respeitadas entre esses atores.

Vejo como necessário o pesquisador aproveitar as potencialidades da universidade para que suas pesquisas reflitam em um universo que vá além do acadêmico. É muito importante dar um retorno para os sujeitos e/ou realidades pesquisadas, ainda mais quando são invisibilizados e marginalizados na sociedade. O pesquisado deve ser tratado não como um objeto de pesquisa, mas sim como um sujeito colaborador e ativo em sua realidade.

A pesquisa foi realizada a partir metodologias qualitativas. Foram utilizadas como técnicas de investigação: observação participante do cotidiano de três moradores que hoje vivem na área delimitada como PARNA Serra do Cipó, coleta de depoimentos, história de vida de moradores, funcionários e servidores do órgão gestor, realização de mapas mentais, mapas orais e análise de documentos e de bibliografia sobre a região e a temática em foco.

Foram realizadas cinco idas a campo na região denominada como Retiro entre o período de julho de 2014 a junho de 2015, dentre elas uma imersão de dez dias na comunidade, junto a outros participantes do Projeto Cipó.

Este trabalho também envolveu a análise e pesquisa de documentos, como: Plano de Manejo do PARNA Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira, documentos sobre a implantação da UC, documentos emitidos pelo PNSCI para os moradores, o Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó, concluído em 1982 pelo Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT) e pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), entre outros documentos. A análise bibliográfica contou com a leitura e estudo de livros, textos, teses, dissertações e artigos acadêmicos, utilizados como base teórica da pesquisa e mencionados nas Referências Bibliográficas.

O trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos: O primeiro é esta introdução. O segundo, intitulado: “Entre serras: um Parque, muitos conflitos”, faz uma contextualização da região e um histórico do conflito entre o PNSCI e a comunidade em questão, a partir de uma análise de documentos institucionais, teses e entrevistas. O terceiro capítulo, “Entre olhares, conexões e transformações: O ser “Retireiro” discute as percepções dos moradores do Retiro, sobre: O que é o Retiro; as conexões estabelecidas pelos “retireiros” no local, no presente e no passado; e as transformações percebidas ocorridas no local. O último e quarto capítulo, denominado “Entre

realidades, debates e propostas: a contribuição da sociodiversidade para a biodiversidade”, faz um debate teórico em torno da contribuição dos povos e comunidades tradicionais para a biodiversidade local e sobre a garantia de direitos dessas comunidades a seus próprios saberes. Este capítulo conclui apresentando experiências de gestões de UCs de proteção integral, como Parques Nacionais, mais integradas às comunidades locais.

Capítulo II – ENTRE SERRAS: UM PARQUE, MUITOS CONFLITOS

A cadeia do Espinhaço é caracterizada por ser um grande corredor sócioecológico formado por uma cadeia de montanhas que vai desde o quadrilátero ferrífero, no centro de Minas Gerais até a Chapada Diamantina, Bahia. Na porção sul da cadeia está a Serra do Cipó, região que abriga o Parque Nacional da Serra do Cipó, a 100km de Belo Horizonte. Inicialmente, em 1975, foi criado na área um Parque na esfera estadual, abrangendo os municípios de Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro e Jaboticatubas em Minas Gerais. Em 1984, através do Decreto nº 90.223/84, foi criado o Parque Nacional, aumentando em 22% sua área em relação ao antigo Parque Estadual e incluindo áreas do município Morro do Pilar. (ICMBio, 2009).

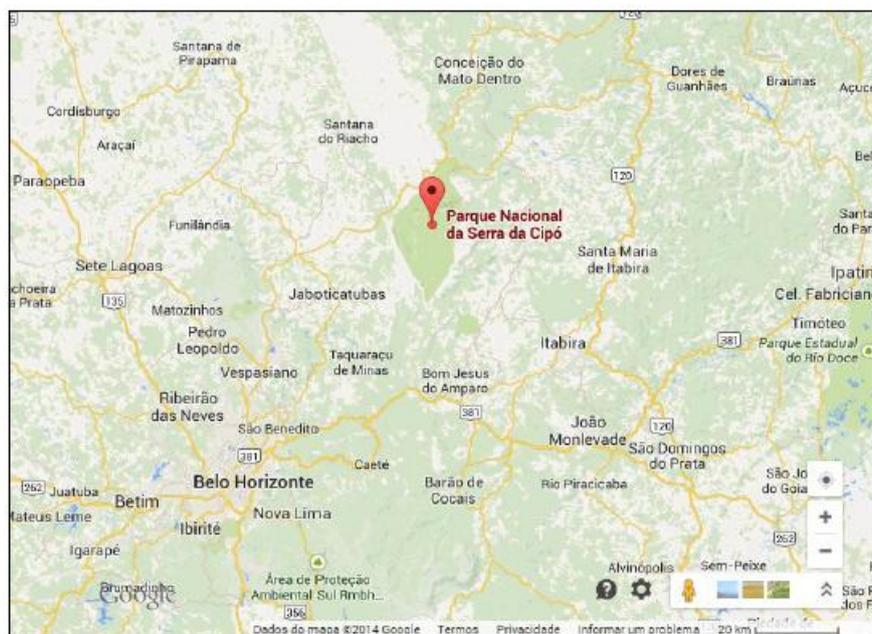


Figura 1: Localização do PARNA Cipó. FONTE: Google Maps, 2015.

O Espinhaço em seus 1.500 quilômetros de extensão abriga os biomas do Cerrado, Mata Atlântica e em toda crista da Serra estão presentes os campos rupestres, ecossistema peculiar da região (Ferreira, 2010). O Espinhaço é berço também de várias nascentes de bacias hidrográficas importantes de Minas Gerais, como a do Rio Doce, São Francisco, Mucuri e Jequitinhonha. Em meio a essas serras estão diversas e importantes expressões culturais intrínsecas ao local, manifestadas através do artesanato, músicas folclóricas, danças, festas religiosas, culinária e conhecimentos tradicionais. (<http://www.biodiversitas.org.br/rbse/>, acessado em 4 de maio de 2015)

Conforme dados da Fundação Biodiversitas (2009), em 2005 a porção mineira

da Serra do Espinhaço foi considerada Reserva da Biosfera pelo Programa *Man and the Biosphere* da UNESCO. Este programa tem como objetivo promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo planeta, buscando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas. A reserva é composta por 53 municípios no estado de Minas Gerais e por onze Zonas Núcleo, dentre elas está o PNSCI.

Apesar deste reconhecimento é possível perceber, a partir da realização de levantamento bibliográfico, a falta de estudos científicos sobre as atuais tradições locais, manifestações culturais e modos de vida dos habitantes da Serra do Espinhaço. O que se encontra sobre a ocupação humana na região é referente às bandeiras, sobre os viajantes, naturalistas e a ocupação pré-histórica. Na área ambiental, encontra-se uma vasta gama de artigos, teses, monografias publicadas sobre os aspectos físicos, biológicos (clima, solo, fauna, flora, biodiversidade, endemismo) e sobre os impactos, potenciais e limitações do turismo na região.

Quanto à Serra do Cipó, que está situada na porção sul da Serra do Espinhaço, além dessa denominação geral existem várias toponímias locais como as serras da Lagoa Dourada, Bandeirinhas, do Palácio, do Breu, dos Alves, entre outras (Ferreira, 2010). De acordo com Braga (2011), é difícil tarefa definir a área chamada por Serra do Cipó, uma vez que em muitos estudos não fica claro sobre a que “Serra do Cipó” está se referindo, gerando problemas conceituais. O autor divide as ideias sobre o que é a Serra em dois grupos: a Serra como um cenário para aqueles que estão visitando e a Serra que abriga comunidades quilombolas, descendentes de índios, bandeirantes e colonos. Segundo o Inventário Nacional de Referências Culturais da Serra do Cipó (IPHAN, 2011), inclusive entre os municípios que compõem a região, cada um conclama para si o título de ser Serra do Cipó mais que outros. Para Gontijo (2003 *apud* Braga, 2011) a Serra do Cipó não corresponde ao tamanho do PNSCI ou da APA Morro da Pedreira e sim ao limite da montanha que margeia o Rio Cipó até sua foz.

A Serra, caracterizada por Ferreira (2010, pag. 43) por ser uma região montanhosa, com campos rupestres intermediando a transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, pode ser dividida em três domínios (unidades paisagísticas), são elas: Domínio Oeste, onde está predominantemente o Cerrado e coincidente com o “Caminho dos Curraes” e o “Caminho de Dentro pelas Macaúbas”; Domínio Leste e Sul, também

caracterizado historicamente como “Caminho do Mato Dentro”, predomina-se a Mata Atlântica e o Domínio Central com Campos Rupestres do Espinhaço⁹ (LABGEO/UFV *apud* Braga, 2011). É considerada também um divisor de águas, entre as bacias do Rio Doce e do Rio São Francisco (IPHAN, 2011), sendo o rio Cipó o principal da região, formado no encontro dos rios Mascates e Bocaina (Ferreira, 2010).

Circundante ao Parque Nacional da Serra do Cipó está a Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira, criada a partir do decreto n.º. 98.891, de 26 de janeiro de 1990 tendo como principal objetivo, desde sua criação, funcionar como zona de amortecimento do Parque. A APA abrange sete municípios, são eles, com suas respectivas porcentagens de composição: Itabira (12,91%), Itambé do Mato Dentro (12,14%), Jaboticatubas (14,38%), Morro do Pilar (8,13%), Nova União (5,64%), Santana do Riacho (42,57%), Taquaraçu de Minas (4,28%).

Segundo o Plano de Manejo do PNSCI e da APA Morro da Pedreira (2009), a ocupação da região da Serra do Cipó pode ser dividida em três etapas. A primeira se refere ao período pré-histórico, que faz da região um importante campo de estudos arqueológicos, devido à presença de cavernas, lapas, inscrições rupestres e sítios arqueológicos datados do período de 20.000 a 12.000 a.c. A segunda etapa se iniciou no final do século XVII, dando surgimento aos primeiros povoados a partir do desbravamento da região pelos bandeirantes. A terceira, mais recente, quando se estabeleceu os municípios que hoje circundam o Parque.

No que tange ao reconhecimento cultural da região, foi realizado entre novembro/2010 e junho/2011 o levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Serra do Cipó/Minas Gerais, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-MG). Neste estudo, a partir de referências de documentos do Governo do Estado, foram considerados como municípios que compõem a região da Serra do Cipó: Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Jaboticatubas, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto. Foram inventariados 382 bens culturais de natureza imaterial, sendo 131 celebrações, 56 formas de expressão, 10 lugares, 29 ofícios e modos de fazer e 156 mestres/artesãos.

De acordo com Machado (1986, p. 42 *apud* Ferreira 2010, pag. 119) a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó nos remete aos anos 70, quando a busca por maior

⁹ Ver em Braga (2001), pag. 48.

proteção da região começou com a pressão de cientistas e ambientalistas que viam na grande biodiversidade da Serra a necessidade de maiores estudos. Assim, percebe-se que a criação, inicialmente do Parque Estadual em 1975, surge da iniciativa de pesquisadores, e não da comunidade local (Ferreira, 2010, pag. 119). No decreto de criação (nº. 90.223, de 25 de setembro de 1984) as justificativas para a criação do PARNA foram: a) proteção da fauna e da flora, devido ao alto grau de endemismo de suas espécies; b) proteção da bacia de captação do rio Cipó, importante pelas cachoeiras e águas límpidas; c) preservação das belezas cênicas da região.

Como já debatido na parte introdutória do trabalho, a criação de Unidades de Conservação de Uso Integral tem gerado conflitos em áreas habitadas por populações indígenas, quilombolas ou por povos tradicionais, por restringir o modo de vida dessas comunidades que, muitas vezes, desenvolveram formas de apropriação comunal desses espaços (Diegues, 2000). Com a implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó não foi diferente: As áreas que hoje estão no que é delimitado como PARNA eram ocupadas por populações com modos de vida tradicionais. Viviam da caça, extrativismo de flores e frutos, cultivo da terra, entre outras práticas. Estas foram proibidas de continuar exercendo seus modos de vida e, a maioria, desapropriada para implantação do Parque.

Como também apresentado no Plano de Manejo da Unidade (ICMBio, 2009), a maioria dos conflitos que surgem quando se cria uma UC de proteção integral estão ligados à questão fundiária. O documento alega que antes do decreto de criação foi realizado um levantamento inicial das propriedades envolvidas e tentou-se obter a maior proporção possível da área de forma amigável. Assim, 40% das terras foram adquiridas e os outros 60% da área (19.400 hectares) foram adquiridos através do processo de desapropriação instaurado pelo Decreto nº 94.984/1987.

No entanto, o processo de desapropriação referente ao PNSCI permanece em aberto, uma vez que a maioria dos ex moradores afirmam não ter recebido nenhum tipo de indenização. De acordo com o Plano de Manejo do Parque (ICMBio, 2009) o estado efetuou os pagamentos das indenização e os valores foram encaminhados à justiça, e os mesmos não foram repassados aos desapropriados apenas em casos de existência de inventários ainda não realizados ou de proprietários que não concordaram com os valores e recorreram com o processo. Sendo assim, moradores e ex-moradores do território ainda reivindicam seus direitos à terra ou ao pagamento (Ficha: Luta das famílias expropriadas pelo Parque Nacional da Serra do Cipó, realizado pelo Projeto Cipó, disponível no Mapa dos Conflitos Ambientais,

<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=564>, acessado em 5 de maio de 2015).

Em relação à ocupação da área, Ferreira (2010, pag. 121), afirma em seu trabalho que:

“...grande parte dos 33.88 há do PARNA não era habitada. A concentração de moradores ocorria nas margens do ribeirão Bocaina, na baixada do ribeirão Mascastes, na região do Capão dos Palmitos e em outros pontos próximos aos cursos d’água”... “Todas essas propriedades encontram-se na porção oeste do PARNA”.

A partir da pesquisa *O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e populações locais: desvelando conflitos e histórias marginalizadas*, já mencionada, foi possível obter depoimentos de moradores e ex-moradores da região. Nessas conversas foi possível perceber o modo como esses moradores se relacionavam com a terra, o território, e as formas de trabalho. Em conversa com uma das ex-moradora da região do Retiro, ela diz sobre a diversidade de alimentos cultivados na região e que a maioria era plantado para consumo próprio, caracterizando uma agricultura de subsistência. Diz também que o que sobrava das plantações era vendido, trocado entre os vizinhos ou doado para ajudar aqueles que estavam com dificuldades. Em outro depoimento outra ex moradora conta que além da troca de alimentos também ocorria a troca de trabalho entre as famílias: “trocavam dia”, revezando o trabalho nas roças de vizinhos e parentes. Segundo Mendes e Grabner (2014, pag. 31) normalmente essas produções, características de povos e comunidades tradicionais, estão associadas “a relações de parentesco e compadrio, e são baseadas em relações de **troca e solidariedade** entre famílias, grupos locais e comunidades.”

Outras formas de trabalho e de se relacionar com o território também foram citadas em alguns depoimentos, como: a coleta de flores, criação de animais, feitiço de queijo, vasilhas de barro, telhas, entre outros. Nos foi relatado também sobre a questão de saúde: por não haver farmácia na região a cura de dores e doenças era provida das plantas. Festas, rezas e romarias também eram um costume, muitas foram realizadas em um cruzeiro, localizado no alto de um morro no Retiro. Tais práticas constituem relações específicas de se estabelecer com o lugar e com a natureza, que vão além da valorização econômica da propriedade, assumindo dimensões simbólicas (MENDES & GRABNER, 2014).

Para que o Estado pudesse lidar com essas populações, fez-se necessária uma

categorização: estabelecer o conceito de “Povos Tracionais”. Para Little (2002, pag. 23) o conceito engloba “um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este”. Assim como Little (2002) e Barreto (2002), Mendes et al (s.d.) apontam a objetificação como uma redução da realidade, no entanto, ao mesmo tempo, a categorização constrói direitos específicos e reconhece a diversidade cultural, criando um instrumento estratégico nas lutas por justiça social desses povos.

O Decreto 6040, de 2007, que institui a política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelece como definição de povos e comunidades tradicionais,

Art. 3o § I: Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Parques Nacionais, de acordo com o SNUC, têm como objetivo:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (...) de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.” (BRASIL, 2000)

Sendo assim, a implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó impactou o modo de vida dessas pessoas, uma vez que impôs restrições quanto ao uso da terra nessa área. Muitas famílias foram desapropriadas da região, em alguns casos de forma truculenta. Outras, sendo impedidas de reproduzir práticas que faziam parte de seus modos de vida, como: a coleta de lenha, a manutenção das criações, o cultivo da terra, a pesca, a coleta de flores, entre outros, deixaram suas terras, sem perspectivas para a nova vida. Em relatos, filha de ex morador e ex moradora da região contam:

“Então com a questão dessa proibição de não poder mexer mais com a cultura nem com o animal, que que eles fizeram? Sairam das terras. . E tentaram a vida aqui embaixo, mas só com o que tinha dentro da casa, largo tudo pra traz, largo uma vida inteira, planta, plantio, tudo, porque não podia mexê mais.” (Relato colhido de ex-morador da área

do parque, em 17/01/2014, na Serra do Cipó, por pesquisadores do Projeto Cipó)

“Aí depois que entrou esse IBAMA, esse parque aí, aí foi só não podia plantar, não podia criar um bicho, a gente tinha que ficar ali como se tivesse presa, não podia fazer nada”... “Ia pegar um pau de lenha seco, que a gente nem conhecia fogão de gás, nós tinha fogão de lenha, nós tava de um jeito que não podia pegar nem um pau de lenha pra acender o fogão que eles não deixavam.” (Relato colhido de ex-moradora da área do parque, em 19/01/2014, na Serra do Cipó, por pesquisadores do Projeto Cipó)

Alguns moradores e famílias saíram antes mesmo da chegada do Parque, por motivos diferentes, entre eles a busca de uma infra-estrutura melhor (escolas, posto de saúde) ou por casamento. A maioria afirma não ter recebido nenhum tipo de indenização por suas terras e/ou benfeitorias:

“Até hoje não pagou nada, não saiu nada. Só falou de boca, só pegou o terreno dos outros, mas pagar, não pagou ninguém não. Nós aqui, pelo o que estamos sabendo, não pagou.” (Relato colhido de ex-morador da área do parque, em 19/01/2014, na Serra do Cipó, por pesquisadores do Projeto Cipó)

Segundo relatos, as famílias mais humildes que moravam na área, na época, não tinham conhecimento sobre seus direitos e nem condições de pagar um bom advogado. Dizem que a única família que recebeu a indenização foi a de fazendeiros ricos da região.

Hoje existem cinco famílias que resistiram dentro da área do Parque, na região chamada de Retiro, lugar foco desta pesquisa, sendo quatro entre as cinco famílias caracterizadas pelo ICMBio como de residentes permanentes. Como consta no Plano de Manejo do PARNA Serra do Cipó a área em que vivem foi determinada como Zona de Ocupação Temporária – ZOTs, e tem como objetivo “evitar maior degradação das áreas ainda com moradores [e] disciplinar as práticas de subsistência dos moradores até que seja possível a completa regularização fundiária” (ICMBio, 2009d, p.40), ou seja, acabam por restringir práticas que fazem parte de seus modos de vida. Em relato de morador do Retiro, ele explica que:

“Uai, agora não planta mais porque não pode, porque o terreno aí não dá pra mexer, envia o [trexo inaudível] não pode mexer, não pode mexer... Não pode queimar, não pode roçar um mato aí, não pode queimar, se não ta fazendo errado, tem que obedecer a lei.” (Relato colhido de morador do Retiro, em 28/07/2014, por pesquisadores do Projeto Cipó)

Sua esposa acrescenta que o pouco que planta, planta com receio:

“Um feijão, um arrozinho ele também sempre planta aí, mas planta com muito medo também né? Mexe com medo.” (Relato colhido de moradora do Retiro, em 28/07/2014, por pesquisadores do Projeto Cipó)

Apesar da demarcação da área como ZOTs garantir o direito à moradia, as famílias continuam a serem privadas quanto ao uso de seu território pelo resto de suas vidas, dando continuidade ao conflito existente entre o PNSCI e a comunidade. Como descrito na ficha sobre conflito realizada para o Mapa dos Conflitos Ambientais¹⁰ (GESTA/UFMG), mesmo sob essa garantia, em junho de 2013, o ICMBio deu início ao que se compreendeu como mais um ciclo de expropriação territorial junto às cinco famílias tradicionais remanescentes do Retiro. Houve uma notificação, assinada pela gerência do Parque, para que os moradores desocupassem a área em 30 dias ou seria realizada a “remoção forçada do local”. Através da denúncia na mídia virtual e ao Ministério Público Federal feita pelo Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/UNIMONTES), o MPF se posicionou enviando uma recomendação ao ICMBio para que fosse garantida a permanência dessas famílias dentro do Parque. Recomendação esta, acatada pelo órgão ambiental.

As formas como essas famílias vivem hoje, suas relações com a terra e o território e as mudanças vivenciadas por estes desde a implementação do PNSCI serão descritas e analisadas a seguir, visando, como já mencionado, gerar subsídios para atuação do Poder Público para a garantia de defesa dos direitos dessa comunidade.

¹⁰ Ficha realizada pela Equipe Projeto Cipó para Mapa dos Conflitos Ambientais, disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=564>>.

Capítulo III – ENTRE OLHARES, CONEXÕES E TRANSFORMAÇÕES: O SER “RETIREIRO”

O objetivo deste capítulo é discutir as percepções dos moradores do Retiro, sobre: O que é o Retiro; as conexões estabelecidas pelos “retireiros” no local, no presente e no passado; e as transformações percebidas ocorridas no Retiro. Tais conexões, inspiradas também em Marques (2001), tratam da forma como os moradores do Retiro ligam-se ao território

“Partir-se do postulado de que toda e qualquer sociedade humana mantém seis conexões fundamentais: Cosmológicas, meteorológica, geológica e hidrológica, botânica, zoológica, humana e sobrenatural. É com os astros, com o tempo, com a terra e com as águas, e com as plantas, com os animais, com os congêneros e com o imaginário que a espécie Homo Sapiens age e/ou interage e é deles que, por sua vez, recebe ação.” (MARQUES, 2001, p.52)

Para isso foram escolhidas cinco bases conectivas, são elas: Homem/Vegetal, Homem/Animal, Homem/Mineral, Homem/Religiosidade e Homem/Homem. É importante pontuar que, entende-se aqui com a palavra Homem, todo e qualquer ser humano. Apesar das conexões serem aqui apresentadas separadamente em tópicos, vale lembrar, que estas muitas vezes se sobrepõem, constituindo relações muito mais complexas.

Para a coleta desses dados foram utilizadas técnicas de: Entrevista semi-estruturada; observação participante; confecção de Mapa-Mental; levantamento das plantas dos quintais e caminhada no local. A pesquisa foi realizada junto a três dos quatro núcleos familiares que vivem atualmente no Retiro, são eles: Antônio (apelido: Peixe), José e Aparecida, e Ideu e Fátima. Com quarto núcleo familiar, composto por Dona Piedade e seu irmão Dionísio, não foi possível uma aproximação¹¹.

De modo a contextualizar os núcleos familiares que participaram desta pesquisa farei aqui uma apresentação breve, que será construída com mais profundidade no decorrer deste capítulo.

Todos os moradores são primos (netos de Joaquim Manuel Siqueira), nascidos e criados no Retiro. Presenciaram todo o processo de transformação do lugar, pois eram crianças ou jovens quando o PNSCI chegou na região em meados da década de 80. Antônio, que trabalha com turismo equestre e guia turístico dentro do Parque, mora

¹¹ Dona Piedade é muito resistente a se relacionar com qualquer pessoa que não seja de seu núcleo familiar.

sozinho no Retiro. Ideu, o mais novo entre os primos, trabalha atualmente na área comercial de Cardeal Mota. Juntou-se com Fátima há aproximadamente dois anos. Ela, nascida em Governador Valadares, mudou-se para a Serra do Cipó há cinco anos e, atualmente, trabalha em casa ajudando a cuidar das plantas e criações. José, o mais velho, também juntou-se com Aparecida há pouco tempo. Ela, nativa da região, também foi nascida e criada na roça. José não possui trabalho fixo, mas costuma trabalhar ajudando fazendeiros e agricultores. Durante as entrevistas e no levantamento do que tem nos quintais, tanto Aparecida quanto Fátima também participaram, contribuindo para a pesquisa.

É importante citar também outros núcleos familiares, que não moram atualmente no Retiro e não são considerados moradores pelo Parque, mas, de alguma forma, estabelecem uma relação forte com o local. O primeiro deles é Joãozinho e sua família, que mantêm a casa no Retiro, que era de sua avó (filha de Joaquim Manuel Siqueira). A família tem o hábito de ir à casa nos finais de semana, fazer confraternizações, cuidar da casa e do terreno.

O segundo núcleo familiar é o de Deusdita e Eurico, ela é irmã de Antônio, e atualmente possuem plantações de feijão, mandioca e algumas frutas. Ela saiu do Retiro há alguns anos, devido às restrições de uso da terra impostas pelo Parque. Por não terem recebido nenhuma indenização pela terra e benfeitorias, o casal voltou a fazer uso do terreno para plantações. Há dois anos, aproximadamente, iniciaram a construção de um pequeno barracão para guardar ferramentas, na mesma fundação da casa antiga. Deusdita e Eurico, devido à obra, foram multados pelo Parque e obrigados a demolirem o barracão. Por meio de um advogado e intervenções do MPF, foram isentos da multa e receberam a permissão para manterem as plantações até que a questão fundiária fosse resolvida. O mesmo também aconteceu com a irmã de Deusdita, Geralda e seu companheiro José Antônio; no entanto, de tanto desgosto devido à situação decidiram não plantar mais no Retiro.

Outro caso é o da família do falecido Geraldo Siqueira (também filho de Joaquim Manuel Siqueira). Desde o falecimento de Geraldo, seu filho Lucas (e irmãos), passaram a cuidar da casa. Atualmente a casa está caindo e o pedido feito para o Parque de autorização para reforma desta foi negado. Em conversa, Lucas falou sobre a importância simbólica da casa e, que deixá-la cair, para a família, seria um descaso com sua história e com seu falecido pai.

Outra família que mantém uma relação próxima com o Retiro é a de Zé Miné e

seus irmãos. Esta família, de acordo com relatos, a partir de uma ordem judicial foi retirada de sua casa de dentro do Parque em 2004. Nesta ocasião houve uso abusivo de força e descaso por parte do Estado, pois a família foi deixada em um posto policial abandonado às margens da MG-010 sem ter outro local para ir. Atualmente vivem todos em uma casa, em um terreno doado pela Prefeitura local. Zé Miné vai ao Retiro frequentemente, visitar os ex vizinhos e caminhar nas proximidades de onde era sua casa. Em entrevista, (realizado em 25/05/2015, por Iara Freitas) diz sentir saudades de morar no lugar e que, quando tiver um dinheiro, quer comprar uma terra e voltar a morar na roça.

3.1 O Retiro

“- E quem nasceu no Retiro é o quê Peixe?
- Uai, né, Retireiro.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Antônio (Apelido: Peixe) explica de onde veio o nome do lugar:

“O Retiro aqui não é este. Esse aqui não é o Retiro não. Eles ainda falam Retiro 1, Retiro 2, nós nunca quis por nome nele. O Retiro é lá em cima, no Corre Grande. Perto do João Fernando. Lá que é o Retiro. A cachoeira do Retiro. Você sabe onde que é né?”... “Lá que vovô nasceu. Vovô nasceu lá, criou. E lá tem a cachoeira tem até uns trem velho lá, falando Cachoeira do Retiro. Aí uns 100 anos atrás. Você sabe porque ficou o nome do Retiro? O povo nasceu o Tio Juca, Tio Santo, Tia Alice, Tia Ana, Tio Santo, Tio Rodrigo, Tio João, Tio Geraldo, Zé Siqueira, Tio Levi, Tio Dolino, papai que era Siqueira, Joaquim Siqueira, Tio Messi. Esse povo nasceu lá, lá onde que vovô tinha Retiro. Aí de lá o vovô comprou esse terreno aqui ó. Esse terreno. Terreno e paiol. Aí ele comprou um tanto de terreno aqui, aí de lá os filhos foram mudando. Os filhos mudou. Vovô continuou lá. E os filhos foram mudando. Aí depois que os filhos foram mudando vovô comprou ali onde que é perto do tio Levi, ali, fez uma casa. Tem até uns postes velho lá, fez uma casa lá. Aí que veio e morou papai, que é Antônio Siqueira. Até tem a escritura do terreno.”... “Aí juntou os 11 irmão e mudou aqui, e lá em cima eles falavam que: De ir lá no vovô, né? Lá no Retiro. Aí ficou aquela conversa: Nós tamo indo pro Retiro, nós tá lá no Retiro mesmo. Aí aqui ficou Retiro. Mas o Retiro mesmo é lá. Aí pôs, depois nós fala no Retiro de baixo, aqui que é o Retiro.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

De modo a compreender a organização do espaço para os moradores e o que era o Retiro, foi realizado um Mapa-Mental do lugar. A proposta feita por mim aos moradores foi de colocar no papel como era o Retiro no passado, onde ficavam as casas, quais casas tinham, onde passavam os rios, onde tinha plantações, currais e os lugares importantes para os moradores. O mapa foi realizado, auxiliado por mim, com a participação de José, atual morador do Retiro e Zé Miné, ex morador, devido a disponibilidade e interesse de ambos. No mapa foram localizadas as casas dos antigos moradores, os rios e lugares importantes de referência, como o cruzeiro, as cachoeiras, o encontro dos rios e os marcos de onde começa e acaba o Retiro: Para eles, o Retiro começa na nova portaria do Parque e termina “lá pro lado do Travessão”.

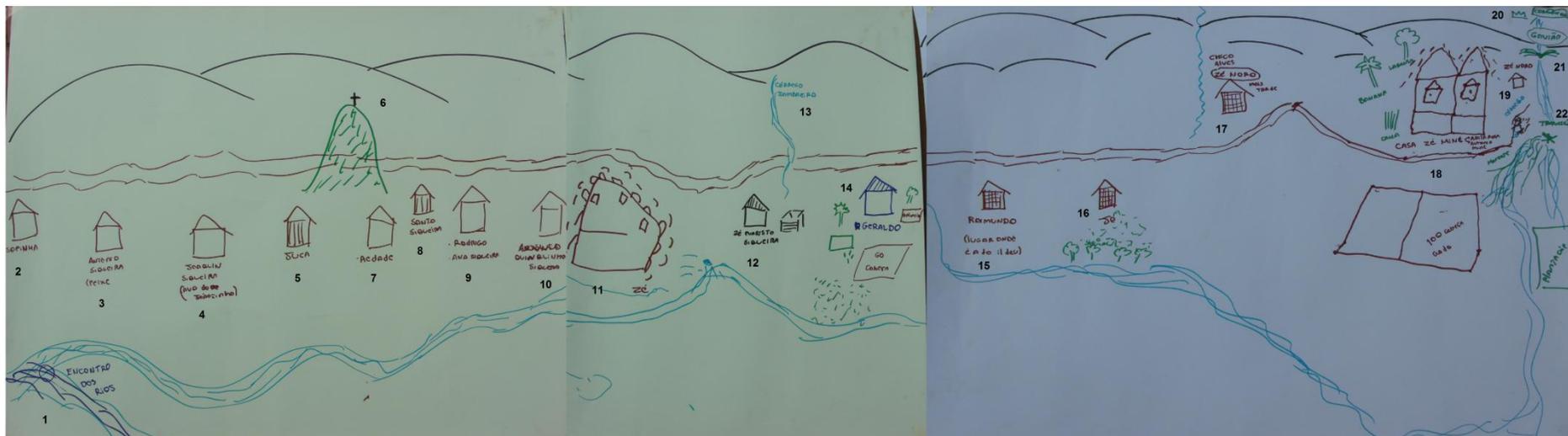


Figura 2, Mapa Mental do Retiro antigamente, Realizado por José e Zé Miné.

Legenda:

- 1 – Encontro do Rio Mascate com o Rio Bocaina
- 2 – Casa Dona Sopinha
- 3 – Casa da Família do Antônio (Peixe)
- 4 – Casa de Joaquim Siqueira
- 5 – Casa do Juca
- 6 – Cruzeiro
- 7 – Casa da Dona Piedade
- 8 – Casa do Santo Siqueira
- 9 – Casa do Rodrigo e Ana Siqueira
- 10 – Casa de Joaquim Manuel Siqueira
- 11 – Casa do Levi

- 12 – Casa do Zé Evarisco Siqueira
- 13 – Córrego Jambreiro
- 14 – Casa do Geraldo
- 15 – Casa do Raimundo
- 16 – Casa do Jó
- 17 – Casa do Zé Noro
- 18 – Casa dos Miné
- 19 – Antiga casa do Zé Noro
- 20 – Alto Palácio
- 21 – Cachoeira do Gavião
- 22 – Travessão

3.2 – Conexões: O ser “Retireiro”

3.2.1 Entre Homem/Vegetal

De modo a contribuir com a minha compreensão da relação estabelecida entre Homem (moradores do Retiro) e Vegetal (hortas, leguminosas, plantas nativas, frutíferas) foi realizado um levantamento dos quintais com cada um dos três moradores. Esse levantamento buscou conhecer quais plantas existem nos quintais de cada um, o conhecimento dos moradores sobre estas, seus usos e a categorização, realizada por eles, do que é uma planta “do mato”, “que nasce no mato”, ou aquela planta que “não nasce no mato”, que “precisa ser plantada”. Todas as espécies foram separadas entre as categorias de uso medicinal, alimentação, ritual e/ou técnica. Foi feito o registro fotográfico de todas as plantas que são nativas e também daquelas plantadas identificadas por ter um uso medicinal ou técnico¹². Todas as fotos aqui presentes foram tiradas por mim, com exceção daquelas em que os créditos aparecem com o nome de outra pessoa.

Com o intuito de compreender as individualidades das relações construídas entre cada morador e seu quintal, bem como seus conhecimentos sobre o local e a natureza, as informações colhidas serão trabalhadas separadamente, por quintal. No total foram identificadas 87 espécies vegetais que estabelecem conexões com os moradores do Retiro, sendo conhecidas e utilizadas de formas diversas. É importante frisar que este levantamento não transcorreu durante um período longo de tempo e que trata-se do quintal dos moradores em um momento específico, sendo provável que em outras épocas no ano, outras espécies se façam presentes e algumas das aqui apresentadas, ausentes.

¹² Nessa categoria foram agrupadas as espécies utilizadas para a produção de artefatos e produtos para uso doméstico, ou que contribuem de forma técnica para a produção destes.

Quintal do Antônio (Peixe)

Espécies “do mato”

- Nome: Mutamba
Uso: Técnico
Modo de uso: Colocar a folha junto da garapa quando está sendo feita para tirar a espuma que dá.
- Nome: Cordião
Uso: Medicinal
Modo de uso: Remédio para cavalo.
- Nome: Capeba
Uso: Medicinal
Modo de uso: É remédio bom para o sangue, para reumatismo. Fazer chá. Está em extinção.
- Nome: Mentrásta
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para gripe. Fazer chá.



Figura 3, Mutamba



Figura 4, Cordião



Figura 5, Capeba



Figura 6, Mentrásta

- Nome: Barbaçu
Uso: Medicinal
Modo de uso: (desconhecido)



Figura 7, Barbaçu

- Nome: Passo de Abelha
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor de cabeça. Fazer chá.



Figura 8, Passo-de-Abelha

- Nome: Guiné
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor nos rins e tonteita. Fazer chá.



Figura 9, Guiné

- Nome: Camarão
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para quem está amarelo. Fazer chá.



Figura 10, Camarão

- Nome: Amora do Mato
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para curar conjuntivite. Fazer banho no olho.



Figura 11, Amora do Mato

- Nome: Quebra Pedra
Uso: Medicinal
Modo de uso: Bom para os rins e infecções. Fazer chá.



Figura 12, Quebra Pedra

- Nome: João das Costas
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dos nos rins. Fazer Chá.



Figura 13, João das Costas

- Nome: Carrapicho Fucinho de Boi
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para infecção. Usar a raiz para fazer o chá.



Figura 14, Carrapicho Fucinho de Boi

- Nome: Favaquinha
Uso: Alimentação
Modo de uso: Para fazer tempero. Usa as folhas.



Figura 15, Favaquinha

- Nome: Saião
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para sumir com manchas no corpo e para queimadura. Beter a folha seca e passar no local.



Figura 16, Saião

- Nome: Pé de Pombo
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para bronquite. Fazer chá.



Figura 17, Pé de Pombo

As espécies exibidas a cima estão todas localizadas no quintal do morador Antônio e foram classificadas por ele como espécies nativas da região. Dentre elas dou destaque para a Macaúba, palmeira encontrada no cerrado, que foi identificada por ter uma importância peculiar para todos os moradores, dentre as espécies consideradas “do mato”, por sua vasta gama de formas de uso, utilizada ainda hoje. Diz Antônio explicando os diversos usos do coco da Macaúba:

“Aí a gente desmanchava eles aqui mesmo pra fazer azeite. Pra fazer gordura” ... “O azeite é pra fazer sabão uai. A gordura pra comer, a gordura é pra fazer comida. E aquela casca de dentro faz o carvão. E de dentro dele,

quebra ele, de dentro dele que tira uma castanhazinha pra fazer a gordura. O coco dele, você corta ele pra fritar, a casquinha de fora. Você quebra ele, tira aquela casca de fora e corta. Tem gente que come ele é puro.”... “O coco a gente não joga nada dele fora não. Porque a casca faz carvão, aquela mais dura. A de fora a criação come.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)



Figura 18, Coqueiro da Macacúba e Figura 19, coco da Macacúba no quintal de José e Aparecida, sendo secado para ser utilizado na fabricação de sabão

“Remédio do mato não acaba não” (Diz Antônio durante o levantamento realizado, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Outras espécies “do mato” de uso conhecido foram lembradas por Antônio, no entanto, por não estarem presentes no quintal do mesmo, não foram fotografadas. São elas:

- Nome: Língua de Tiú
Uso: Alimentação
Modo de uso: Para o cavalo comer.
- Nome: Espirradeira
Uso: Medicinal
Modo de uso: (desconhecido)
- Nome: Barbatimão
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para curar machucados. Fazer chá com a casca.
- Nome: Carubina
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor. Fazer chá.
- Nome: Pereira
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor. Fazer chá.
- Nome: Serviginha
Uso: Medicinal
Modo de uso: Bom para dor, infecção e fígado. É uma batata. Tirar a pele dela que vai sair uma espuma: beber essa espuma.

Espécies “plantadas” medicinais

- Nome: Assapeixe
Uso: Medicinal
Modo de uso: Bom para gripe.
Fazer chá



Figura 20, Assapeixe

- Nome: Novalgina Caseira
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para febre. Fazer chá.



Figura 21, Novalgina Caseira

- Nome: Picão
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para quem está amarelo. Fazer banho, tomar o chá ou comer a raiz.



Figura 22, Picão

- Nome: Manimônio
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para infecção, gripe e resfriado. Fazer chá com a folha seca.



Figura 23, Manimônio

Em seu quintal Antônio também cultiva várias espécies “plantadas” para fins alimentícios, dentre elas, árvores frutíferas, hortaliças e leguminosas, são elas:

- Presente no espaço da horta

Taioba, Alface, Couve, Cebolinha, Mostarda, Almeirão, Cerrage e Fenegoso.

- Espalhadas pelo quintal

Frutíferas: Jaboticabeiras, Laranja da Terra, Limão Galego, Mangueiras, Goiabeiras, Laranja Campista, Pitangueira e Mamoeiro.

Culturas: Mandioca, Bananal e Canavial.

Outros: Açafrão, Feijão Bongolo, Urucum, Ora-pro-nóbis, Café, Quiabo e Batata Doce.



Figura 24, Abóbora



Figura 25, Urucum



Figura 26, Bananal



Figura 27, Café

Durante as conversas, Antônio conta sobre outros remédios utilizados por ele, feitos a partir das plantas:

- Para machucado e para osso que quebrou: Resina de Jatobá (Nódia). Isso fica agarrado no tronco da árvore. Raspar ela para fazer um pó e comer junto com outros alimentos.(fig. 28)
- Para gripe: Fazer um angu e misturar com um bocado de tempero (no tempero tem que ter: alho, pitoco, cavacão e cavaquinho).
- Para pele: Nódia de abóbora (a abóbora só tem nódia quando está boa); barro; água que lava o arroz vermelho e limão (espremer bastante limão e passar no corpo todo, deixar 5 minutos e tirar: Ele limpa a pele e tira a poeira dos poros).



Figura 28, Nódia de Jatobá

Quintal do José e Aparecida

Espécies “do mato”

- Nome: Embaúba
Uso: Alimentação
Modo de uso: Alimento para os animais



Figura 29, Embaúba

- Nome: Jurubeba
Uso: Alimentação
Modo de uso: Comer a semente



Figura 30, Jurubeba

Espécies “do mato” (sem fotos)

- Nome: Babaçu
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para machucado
- Nome: João Barbaçu
Uso: Medicinal
Modo de uso: Fazer chá com as folhas secas.
- Nome: Santa Maria
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para machucado.
Fazer chá e passar.

- Nome: Jambo
Uso: alimentação Modo de uso: Comer o fruto da árvore
- Nome: Maracujá do Mato
Uso: Alimentação
Modo de uso: Comer o fruto

As espécies “do mato” Mentrásta e Macaúba também foram citadas por José, mas já foram mencionadas acima (fig. 6 e 18 respectivamente) no levantamento do quintal de Antônio. Outra espécie, exótica e medicinal, também já citada foi o Manimônio (fig. 23), usada por José para gripe e resfriado. Além do Manimônio, somente mais uma:

- Nome: Losma
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor de barriga e ressaca. Fazer chá.

No quintal de José e Aparecida também foram identificadas muitas espécies exóticas de uso alimentar.

- No espaço da horta

Quiabo, Couve, Salsinha, Mostarda, Alface, Mamão e Chuchu.

- Espalhadas pelo quintal

Frutíferas: Jabuticabeira, Limoeiro Galego, Goiabeira, Abacateiro, Mexerica e Mangueira.

Culturas: Mandioca, Bananal e Canavial.

Outros: Urucum, Café, Cavaquinho, Abóbora, Batata Doce, Feijão Andú, Favinha e Ora-pro-nóbis.



Figura 31, Fava



Figura 32, Feijão Andú

José também cultiva algumas culturas em uma casa que ajuda a cuidar dentro do Retiro. Essa casa foi do falecido Zé Noro, e atualmente pertence a Nediú. No quintal desta casa, visitada na companhia de Ideu, foi possível identificar: Cana Roxa, Cana comum, Feijão Andú, Bananeiras, Feijão, Macaúbas e Laranjeiras. De acordo com Ideu, morador do Retiro, tudo que está plantado no quintal desta casa é José que cuida e colhe.



Figura 33, Casa do Nediú



Figura 34, Plantação de Feijão

Quintal de Ideu e Fátima

Espécies “do mato”

- Nome: Vassourinha Doce
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor na junta e torção. Faz desinchar. Fazer banho.



Figura 35, Vassourinha Doce

- Nome: Espada de São Jorge
Uso: Ritual
Modo de uso: Contra olhado, olho gordo.



Figura 36, Espada de São Jorge

(Sem fotos)

- Nome: Jaboticabinha do Mato.
Uso: Alimentação
Modo de uso: Frutos.

Por Ideu também foram citadas espécies “do mato” mencionadas por Antônio ou José. São elas: Mentrásta, Jambo e Macaúba.

Espécies “plantadas” medicinais e de uso ritual

- Nome: Boldo
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para dor de barriga e dor de cabeça. Fazer chá.



Figura 37, Boldo

- Nome: Losma
Uso: Medicinal
Modo de uso: Para ressaca. Fazer chá.



Figura 38, Losma

- Nome: Capim Cidreira
Uso: Medicinal
Modo de uso: Calmante e para tirar resfriado. Fazer chá.



Figura 39, Capim Cidreira

- Nome: Arruda
Uso: Ritual
Modo de uso: Colocar atrás da orelha contra mal olhado, para chamar dinheiro e bom para problema de vista (molhar o ramo na água e passar no olho para tirar um cisco.)



Figura 40, Arruda

No quintal de Ideu e Fátima também há variedade de alimentos plantados

- No espaço da horta

Alface Lisa, Alface Repicada, Almeirão, Cebolinha, Mostarda, Língua de Sogra, Pimenta Malagueta, Tomate e Salsinha.

- Espalhadas pelo quintal

Frutíferas: Bananeiras, Abacaxi, Limão Galego, Limão Taiti, Laranja da Terra, Jabuticabeira, Mangueira Espada, Mangueira Ubá, Goiabeira e Ananás.

Outros: Ora-pro-nóbis, Batata Doce e Jiló.

Em sua casa Ideu apresentou um remédio caseiro feito por ele com sementes de Pau Monjolo, uma árvore nativa da região.

Receita: Colocar um número ímpar de sementes de Pau Monjolo na água, no vinho ou na cachaça. Deixar de molho alguns dias. Depois beber um pouco por dia. No dia que for beber não pode molhar na água fria. O remédio é bom para Reumatismo e para dores no corpo.



Figura 41, Árvore Pau Monjolo



Figura 42, Sementes de Pau Monjolo

Algumas plantas foram mencionadas por pertencerem a um universo passado, eram plantas utilizadas pelos “mais antigos” e que hoje deixaram de ter uso.

- Nome: Mamona
Uso: Técnico
Modo de uso: Com a semente pode fazíamos azeite para iluminar. Também era usado no cabelo e passava no umbigo do nenem para cair.



Figura 43, Mamona

- Nome: Algodão
Uso: técnico
Modo de uso: Antigamente era utilizada para fazer o pavio da lamparina.
- Nome: Rabo de Cavalo
Uso: Técnico
Modo de uso: Era usado para fazer vassoura.

Durante uma entrevista com Ideu algumas plantas também foram citadas como matéria prima para fabricação de utensílios no passado, como:

- Chapéu de palha: “Eles faziam mais de palha. Faziam mais de palha de milho. Depois inventou o coqueiro gandaiá. Faziam com o coqueiro Gandaiá e palha de milho. Chapéu de palha, era palha de milho, essas palha aí.” (Ideu, em 25/05/2014, por Iara Freitas)
- Colchão: “O colchão nosso era palha de banana”... “Você pegava bananeira e raspava aquela palha, enchia e emendava aqueles dois, três sacos ali e fazia um colchão. Num saco assim, igual um colchão hoje”... “Quando você deitava naquilo ficava chiando pra lá e pra cá.” (Ideu, em 25/05/2014, por Iara Freitas)

“Saudade a gente tem né? Tempo não volta mais não” (em 16/05/2014, por Iara Freiras)

Os “Retireiros”, denominação dada por Antônio para aqueles que nasceram no Retiro, se referem ao passado com saudade, um tempo de fartura, em que “tudo era plantado” “a terra era boa” e existiam muitos trabalhadores, rezas e festas. Um tempo em que não existia doença e que na terra “só não dava o sal”.

“Tinha uma fartura grande mesmo. Hoje não tem nada, hoje tá num regime de miséria, Deus me perdoe. Não, antigamente era uma fartura nesse trem que vou falar com você...” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

“Ô gente, antigamente. Mais ou menos 20 anos, desde antigamente era mais plantação. Nós tinha plantação, nós tinha criação de gado. Nós aqui, antigamente não comprava quase nada.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

A relação entre as pessoas, de certa forma, determinavam também as relações com as plantas. Além de existir a troca do trabalho:

“Um vinha e ajudava um, outro dia ajudando”... “Porque o dinheiro era difícil né? Não tinha ele”... “Aí que trocava.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

“Comprava um coisa e pagava a outra com serviço, e toda a vida foi assim” (José, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Era presente também a troca por alimentos:

“Uns trocava arroz por milho. Outro trocava rapadura por feijão. Variava né? Fazia rapadura e trocava né? Trocava farinha por arroz ou por milho.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Ao fazer referência aos remédios e doenças da época, as conexões com os usos e conhecimentos das plantas são apontados como a fonte principal para a cura, tanto na forma de remediar como na de prevenir:

“Batia pros mato afora, arrancando raiz, folha. Não tinha médico, não tinha esse negócio de posto e nem nada. Né? Era remédio que cada um conhecia um remédio pra alguma coisa né?”... “Quanto mais velho a pessoa era, mais experiente, sabia os tipos de remédio.”... “E, segundo, também não tinha essa quantidade de tipo de doença não. O menino crescia aí... Comia melhor também. Criava o menino aí, ficava grande aí” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

“Doente aí, tomava remédio do mato, medico, era difícil médico. Remédio do mato uai, o povo também quase não adoecia, era difícil de adoecer, há, muito difícil, o povo era sadio. Hoje em dia qualquer coisa o pessoal arreja. Não tinha negócio de medir pressão. Não tinha negócio de pressão não, nó.” (José, em 25/05/2015)

O uso dos “remédios do mato” para a cura, por moradores do Retiro, é algo ainda presente. Quando se fala em dores, mal estar ou machucados é recorrente a recomendação, por todos os moradores, de alguma planta encontrada em seus quintais ou no mato. Explica Ideu:

“Mais vale o remédio do mato, hoje tem pra tudo. Remédio do mato é bom. Eu graças a Deus, falar com você, remédio do mato que nem você taí, seu pé, destronei o meu pé tem a vassourinha doce. Você cozinha ela bota um bocado de cinza. É muito bom vassourinha doce. (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas).

Outra relação com as plantas era a coleta de flores do cerrado. De acordo com Ideu tinha uma senhora que costumada vender flores no alto da serra, região conhecida como Capão Gamela, mas a coleta para fazer artesanado era comum em muitas famílias.

“Fazia tudo, vendia, fazia artesanato. Dava de presente pros outros”...”
Fazia peneira, chapéu”. (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas).

“Flor que dá no brejo. Capim dourado, cabeça de nego, umas florzinha amarela que da aí, pegava e vendia.” (José, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Em 1982, para implantação do inicial Parque Estadual da Serra do Cipó, foi realizado um relatório das principais atividades realizadas na área pelo Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT) e pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). Através do Projeto Cipó tivemos acesso a este documento, que contém informações de interesse para este trabalho, como: da relação proprietário e/ou ocupante de Imóveis na área; quadro contendo características das Benfeitorias (casas, instalações, pomares e culturas); levantamento do uso da terra em cada imóvel e um documentário fotográfico das Benfeitorias de Imóveis Situados na área.

No intuito de acrescentar informações para uma melhor compreensão da conexão Homem/Vegetal antes da chegada do PNSCI no Retiro foram identificadas no levantamento citado seis casas pertencentes às famílias dos atuais moradores do Retiro, localizadas no mesmo terreno, que estão em nome do Espólio de Joaquim Manoel de Siqueira (Avô de Antônio, Ideu, José e Piedade). Nessas seis casas foi realizado o levantamento dos pomares e culturas (o que exclui hortas), somando o que foi identificado em todas essas residências e seus quintais, tem-se:

- 32 abacateiros
- 870 touceiras de bananeira

- 43 cafeeiro
- 21 pés de fruteiras cítricas
- 13 Mamoeiros
- 16 Jabuticabeiras
- 11 Goiabeiras
- 1 ha de Canavial

O levantamento também incluiu o uso da terra em cada propriedade. No terreno citado, que tem a extensão de 169ha, foram identificados 130ha como área de afloramento e de campo com pedregosidade e 30ha de área de cultura. Não foi dado detalhes no relatório, como se, por exemplo, foi considerado a área da terra em pousio.

3.2.2 Entre Homem/Animal

As relações observadas dos moradores do Retiro com os animais constituem, de certa forma, a organização do dia-a-dia, a locomoção no território, as formas de trabalho e as relações de troca e solidariedade. Tais relações também criam bases conflitivas e conectivas e são dadas a partir de relações sentimentais entre homem/animal. Essa conexão foi percebida a partir da observação participante e entrevistas semi-estruturadas. De modo a organizar a estrutura do trabalho as relações entre Homens, suas criações e/ou animais domésticos também serão separadas por morador.

Antônio (Peixe)

Dentre os moradores do Retiro, Antônio é o que tem menos animais em seu quintal. Cuida atualmente de dois filhotes de cachorro e de, aproximadamente, sete cavalos. Os cavalos são a principal fonte de trabalho de Antônio, que trabalha com o turismo equestre dentro dos limites do PNSCI. Aos finais de semana Antônio leva os cavalos para a portaria principal do Parque para prestar o serviço de aluguel dos cavalos e guia para grupos de turistas interessados no passeio, atividade atualmente liberada em trilhas delimitadas pela gestão da unidade. Diariamente Antônio costuma deixar os animais soltos, exceto um, que usa para que possa ir buscar os que ficaram soltos para tratar e alimentar (com fubá grosso).

Ao explicar algumas situações, Antônio costuma dizer expressões que tomam os animais como referência:

- Para se referir ao baixo volume do rio disse que as águas poderiam ser medidas com “um palmo de gato”.
- Para se referir ao alto número de filhos das famílias de antigamente, comparando-as com lagarta, pois “enquanto coubesse na folha, fazia filhote”.
- Ao se referir a uma mulher que estava dormindo muito a comparou com uma cobra, dizendo “Aquela ali é igual jibóia, dorme demais.”.
- Quando perguntei se consome muitos alimentos cultivados em seu quintal, se referiu a Lagarta novamente, dizendo: “Sô pior que lagarta, vai ficando bonitinho eu como.”

Tais expressões demonstram uma proximidade de Antônio com os animais e o quanto estes influenciam na sua forma de compreender o mundo. Se tratando de

elementos simbólicos e crenças, a figura do animal também é presente: Antônio tem na porta de sua casa, junto a outros objetos com a mesma finalidade, uma cabeça de boi, segundo ele, para trazer sorte e proteção.



Figura 44, Elementos simbólicos na porta de casa de Antônio

José e Aparecida



Figura 45, Cadela e sua cria no quintal de José e Aparecida

No quintal de José e Aparecida tem alguns animais: uma égua, muitas galinhas, dois porcos, quatro cachorros, filhotes de cachorros e dois gatos. A égua costuma ser utilizada para locomoção de José do Retiro para a cidade (Cardeal Mota), aproximadamente uma vez na semana. Todos os animais são alimentados com Fubá Grosso, alimento comprado de um fornecedor da região.

Piedade cria uma boiada, de aproximadamente dez bois, dentro do Retiro. Para isso ela conta sempre com a ajuda de José para buscar as criações.

Ideu e Fátima



Figura 46, Animais no quintal de Ideu e Fátima

É no quintal de Ideu e Fátima que tem o maior número de animais do Retiro. Lá encontra-se: um bezerro, uma vaca, três cavalos, cinco cachorros, cinco filhotes de cachorro, oito galinhas, dois galos, quarenta e cinco pintinhos, dois franguinho, um porco e dois gatos. Todos os animais (exceto as galinhas e pintinhos) possuem nome, o que demonstra uma relação sentimental mais forte com os animais. Além disso, é frequente a entrada na casa por grande parte dos animais (gatos, galinhas, pintinhos) inclusive a porca, que, assim como todos os outros animais é criada solta no terreiro, gerando conflito com alguns visitantes que passam. Os cavalos são considerados de grande utilidade para Ideu, uma vez que utiliza eles como meio de transporte para ir até Cardeal Mota trabalhar durante seis dias na semana. As galinhas são utilizadas para

alimentação (ovos e carne).

Todos os animais são alimentados também com o fubá grosso. Além do fubá, os cachorros também são alimentados com ração e a porca e as galinhas com milho. Todos os alimentos são comprados, o que gera um gasto significativo para a renda do casal. Ideu diz durante conversas que em tempos antigos não era necessário comprar nada para alimentar os animais, tudo era plantado no quintal.

Algumas situações podem exemplificar o quanto a rotina de Ideu e Fátima estão associadas aos cuidados e relações de afeto com os animais. Em uma das idas a campo pude presenciar a morte de uma égua de Ideu, por picada de cobra. No dia Ideu não foi ao trabalho e demonstrou estar muito triste e chateado com o acontecido. Dizia ter feito de tudo para salvar a vida dela, aplicou um antídoto (comprado na cidade), mas que não foi possível. Além disso ficou muito preocupado com o que fazer para enterrar a égua, pedindo auxílio ao Parque e à Antônio. Percebe-se que o sentimento envolvido ia além do fato de ter perdido algo de valor econômico ou utilitário (como o de transporte) e sim um animal que tinha um valor sentimental para ele.

Outra situação diária é a retirada do leite da vaca. Ideu todos os dias pela manhã e todo fim de tarde tira o leite da vaca. O leite retirado é consumido pelo casal e distribuído para os vizinhos. Eventualmente, também fazem queijo, prática ensinada a Ideu por sua mãe. Percebe-se que a preocupação com as criações e com os animais domésticos é algo que também faz parte da rotina do casal, acontecimentos como: as galinhas que sumiram; o pintinho que está machucado; os filhotes da cachorra; a vaca que fugiu para o alto da serra; os cachorros latindo para os turistas; entre outros acontecimentos, fazem parte do universo ali vivido, se tornando alvo de conversas e casos.

Bases conflitivas Homem/Animal

Dentre as conexões Homem/Animal percebidas duas são geradores e/ou resultados de conflitos. A primeira se trata da presença de um grande número de capivaras no local, que, segundo os moradores comem tudo o que eles plantam, se tornando uma das principais dificuldades em viver no lugar.

“Hoje aqui afóra você vê mais o que? Capivara. Tem capivara a doer”... “O bicho mais atoa que tem no mundo é o tal de capivara. Ele não deixa nada, ele é uma praga. A capivara não tinha muito não. Uma capivara se você

planta arroz ela destrói tudo. Milho come tudo.” (Ideu falando sobre o conflito com as capivaras, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Outro impacto relatado devido ao grande número de indivíduos de capivara foi a diminuição do número de peixes nos rios:

“Acabou com os trem aí é a capivara”... “Atrapalha, atrapalha tudo”... “Elas mexem na beirada da água tudo. O peixe desova e a traíra coloca os ovos ali, aí ela vai na água aqui e espalha os ovos, aí acaba com tudo.” (Ideu falando sobre o conflito com as capivaras, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Outra relação conflitiva no Retiro construída a partir das relações com os animais é o conflito estabelecido entre Dona Piedade e os turistas. Próximo à casa de Dona Piedade, na estrada, tem uma porteira que deve ser permanentemente mantida fechada. O motivo é que os bois de Piedade ficam soltos, mas devem ficar do outro lado da porteira (em direção ao interior do PNSCI), de modo que garanta que ela os encontre mais facilmente. No entanto, algumas vezes a porteira é deixada aberta por turistas que desconhecem a importância de mantê-la fechada, causando conflitos. Muitos casos já nos foram relatados de Piedade proibir visitantes de passar na estrada em frente à sua casa, os impedindo de acessar as cachoeiras. Ao lado dessa porteira tem uma placa grande colocado pela gestão do Parque (Manter a porteira fechada), no intuito de diminuir possíveis conflitos. No entanto, estes continuam sendo recorrentes.

Peixes

“Nossa, pescar você podia sentar ali. Você sentava ali e nem precisava ir longe, tinha peixe demais. Tinha muito peixe.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Segundo Ideu, a diminuição dos peixes se deve ao número de capivaras (conflito já relatado) e também devido a “um tal de peixe que apareceu aí que acabou com os peixes, é o Cará. O cará é um bichinho pequeno não cresce mais que isso não, acaba com os peixe.”.

Mas, para Antônio, ainda tem muito peixe no rio, diz: “Gosto de ver eles lá, mas hoje não pode mais mexê com essas coisa de pescaria”, se referindo a proibição imposta pelo Parque.

José, demonstra um ponto de vista diferente:

“No rio tem peixe mas não sobe, ele sobe daquele ponta do capim pra cima. Para baixo tem muito, mas aqui não tem que ele não passa. Não tem não,

não tem porque eles não sobem a cachoeira, cachoeira grande [cachoeira localizada depois do encontro dos Rios Marcate e Bocaina, fora dos limites do PNSCI].” (José, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Alguns peixes foram citados como nativos da região, como: Bagre, Traíra, Pipitinga e Piaba.

Pássaros

Sobre os pássaros que costumam (ou costumavam) aparecer na região, foram identificados: Pássaro Preto, Pintassilgo, Patativo, Pássaro Preto de Angola, Ceracú do Brejo, Ceracú de Três Pontas, Verdadeiro, Juriti e Gavião Pinhé.

Outros, foram caracterizados de alguma forma:

- Derramí – “é um preto do estômago vermelho” (Ideu)
- Gaúcho – “Faz o ninho todo em uma árvore só.” (Antônio)
- João Graveto – “Faz um ninho grande para todo mundo.” (Antônio)
- João de barro – “Se a fêmea trai ele, ele prende ela dentro da casa.” (Antônio)
- Sabiá Barranqueiro – “Parace demais com o João de Barro e eles são danados para andar junto, mas a cantiga é diferente.” (Antônio)

Ideu, sobre a diminuição do número de pássaros e espécies na região, explica:

“Antigamente tinha muito. Hoje, o pássaro preto mesmo. Antigamente você colhia arroz batia aquela terrerada de arroz. Quando eles avoavam no arrozal, tampava o céu assim de tanto pássaro que tinha. Hoje não tem caçador, não tem nada como que os pássaros vão viver? Morre de fome. Porque o homem trabalhava, plantava as coisas e eles alimentavam. Hoje eles morrem de fome.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Ideu também faz referência ao aumento de pragas nas plantações devido à diminuição de pássaros no Retiro:

“Lagarta tinha muito, lagarta de coqueiro mas como tinha muito passarinho aí eles não deixavam não. Hoje ainda tem porque não tem passarinho mais, o homem parou de plantar lavoura né.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

A diminuição de animais na região é um consenso entre os moradores. Não foram somente os pássaros que sumiram, espécies como: Onça Parda, Onça Pintada,

Paca, Tatu, Veado, Raposa, Tamanduá e Lobo, segundo moradores, também não são vistos mais. Antônio conta com detalhes os motivos:

“Não tem o que comer. Quando Jesus... Vou ser direto com você. Quando Jesus andou pro mundo, com os bichos. Quando tava com ele lá, veado, a bicharada toda que ficou lá. Ele ficava com um e com outro. Aí o cachorro perguntou pro Jesus, o que ele ia comer. Ele disse: Você acompanha o bicho homem que você come. Isso serviu pra tudo quanto é nação de bicho. Acompanha o bicho homem que você come. Onde é que tem um homem tem uma plantação, tem qualquer coisa pro bicho comer. E o homem não acaba com nada assim não, da natureza, se fosse assim já tinha acabado. E quando eles comia aí, passarinho, assim, mexia com caça, tinha muito mais bicho. Não tem nada pra eles comer. Não tem planta. Aqui você ainda vê, passarinho, você vê algum bichinho aqui em baixo, mas se você subir a parte alta, desse João Fernando, aí você não vê nada. Você vê algum pássaro preto, algum gritinho de periquito só, demais você num vê nada. Bicho nenhum. Tem alguma lagartixinha batendo a cabeça pra pedra a fora e só. Igual você via aquela bicharada, tem nada pra eles comer.” (Peixe, explicando sobre a diminuição dos animais na região, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

3.2.3 Entre Homem/Mineral

A conexão Homem/Mineral é construída a partir das relações dos moradores com as formas de conhecimento, transformação e utilização do barro, das pedras, da lama, da areia e da terra.

Ideu separa a terra em três tipos (branca, vermelha e preta), localizando-as no Retiro e relacionando-as ao plantio de Amendoim

- Terra Branca – Localizada acima da casa de Ideu: “Terra branca, terra de areia branca”... “Aqui pra cima é terra branca”... “Amendoim não era muito bom, aqui na terra branca não. Dava muito, carregava muito mas era chocho. Vingava pouca coisa.”
- Terra Vermelha – Localizada perto da portaria do Parque: “na parte de baixo ali.”... “O amendoim gosta mais de terra vermelha, terra preta.”
- Terra Preta – Localizada depois da portaria do Parque até aproximadamente a casa do Ideu: “Desde o retiro para cima que se chama terra preta”. Também é boa para o plantio de Amendoim.

Sobre a forma de tratar a terra para o plantio Ideu conta qual era a técnica:

“Quando cultivava a terra mais o... Mais aquele queimado, aquele lugar que ia plantar na terra, você queimava e juntava um bucado de cisco, coivara, nós fala é coivara né? Você juntava aquele esterco assim da terra mesmo e plantava ali, depois você tirava ali, não ficava aquela cana? Aí você juntava tudo e queimava, queimava ali, só dentro daquele cercado ali, aí chamava coivara.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Para iluminar as casas, um dos artefatos utilizados era uma vasilha feita, por eles, de barro e areia. Antônio explica:

“Uma vasilha, uma lata... Mas a gente fazia uma vasilha de barro, pessoal fazia de barro assim, colocava a areia e punha o pavio lá dentro e em cima você coloca o óleo. Aí você põe o pavio e você vai puxando ele e fica só no óleo e não desce na areia, o fogo.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Os moradores contam que os antigos faziam muitos artefatos com o barro: telha, tijolos, vasos, vasilhas, entre outros. Esse barro é encontrado no rio Bocaina. Dentre as casas dos moradores do Retiro apenas a de Ideu é de alvenaria, as outras foram feitas de pau-a-pique, uma técnica que utiliza o barro, madeira e, geralmente, varas de bambu na

estrutura. Na casa de José e Aparecida foi utilizado o barro branco para passar no entorno da casa.



Figura 47, Aparecida e José na porta de sua casa feita de pau-a-pique

No relatório SOCT/CETEC (1982), como já mencionado, foi feito um quadro contendo as características das benfeitorias (casas e instalações) do Retiro na época. Segundo o relatório todas as seis casas identificadas localizadas na área do Retiro, eram de Pau-a-Pique, com telhado de telha e o chão de terra. A maioria dos moradores também possuía um paiol, construídos também, a maior parte, da mesma forma.

3.2.4 Entre Homem/Religiosidade

Esse tópico visa relatar as conexões observadas entre os “Retireiros” e a Religiosidade, a partir da descrição de práticas religiosas que aconteciam e que ainda acontecem no Retiro, como: rezas, festas e crenças.

Curas

Além da forte referência aos “remédios do mato” como meio para curas outra prática utilizada ainda hoje é ser benzido. Dona Piedade é benzedeira atuante no Retiro e aprendeu a benzer com sua mãe.

“Era mais remédio do mato. Tinha remédio do mato, quando tinha dor de cabeça a Piedade benzia.”... “Desde que a gente conhece ela ela benze. Ela aprendeu com a mãe dela.”... “A Piedade tem gente de longe que vai benzer com ela.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas).

Ideu e José explicam também sobre o processo de benzer:

“Quando tem dor de cabeça. Olhado né, eles falam que é olhado. A brasa afunda tudo.”... “Não, você coloca na água assim na brasa e benze. A pessoa benze, né. Se tiver com olhado ela faz em você. Aí a brasa afunda.”... “Se não, ela boia mas se tiver menos um pouquinho ela afunda. Nove brasa, nove brasa.”... “Olhado de cobra ela benze, ela sabe né. Cobra, se a cobra morder a pessoa ela benze.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

“Muita gente sabia, se a pessoa adoecesse aqui, menino com dor de barriga, aquela coisa aí, benzia ele, savara. menino que estivesse aí com o ventre virado levava na pessoa que benzia, benzia ele e sarava. Ventre virado é menininho novo com dor de barriga, chorando toda hora com dor de barriga, leve ele lá na benzedeira, benze ele e fica bão.” (José, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Rezas

Se reunir para rezar era uma prática forte entre os “Retireiros”, a maior parte das rezas aconteciam nas casas:

“Rezava na Piedade, rezava ali em baixo. O povo rezava por todo lado aí. Casinha dos outros sempre tinha uma reza. Casa do Antônio Luiz, casa da Eva. Tinha uma casinha aí pra baixo, na beirada do rio. Fazia novena, fogueira de São João.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

“E não tinha aquele negócio de fulano é juiz, ciclano não, o povo rezava antigamente. Hoje não é tanto. Mas a reza igual você foi ali ontem a Igreja não cabia gente não. Era pouca gente, mas era bem juntado o povo.”... “Rezava nas casas.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Grande parte dessa tradição se perdeu com a saída e morte dos “mais antigos”, outra parte se mantém. A fogueira de São João todo ano ainda é realizada por Dona Piedade no dia 24 do mês de junho.

“De noite, ela faz a novena dela né. Faz novena. Aí dia 24, não dia 23 e 24 levanta a bandeira. Tem Santo Antônio. única pessoa que faz do Retiro até hoje é ela” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Cruzeiros

No Retiro existem três cruzeiros¹³. Um fica localizado no alto de uma serra, onde o Parque construiu um mirante, próximo à casa de Dona Piedade. O outro, foi colocado por Ideu e seu irmão (Fig. 56), em uma serra em frente sua casa, de longe é possível avistá-lo. O terceiro, segundo Ideu, de difícil acesso, não o localizei. Nos cruzeiros também aconteciam rezas e leilões. Ideu explica o significado simbólico dos cruzeiros:

“Não, aquilo é uma coisa da graça de Deus né. Se a pessoa quiser subir lá em cima pra pessoa ir lá, tá lá um cruzeiro. Nós fizemos ele parajú [tipo de madeira]. Eu tirei o cruzeiro de árvore daí mesmo. É o cruzeiro bento, pessoal benze de longe. Que nem aquele lá é benzido.”... “Antigamente muita gente, desde que eu me entendo por gente tinha o cruzeiro ali. Caia, arrumava ele.”

Uma crença referente ao cruzeiro, a “de fazer chover”, foi contada pelos três moradores. Percebe-se nas histórias a referência a elementos que compõem o universo religioso, como a “fê”, “Deus” “reza” e “benção”:

“Nó, muita gente. Aqui muitos anos atrás não faltava chuva não. Quando chovia passava um, dois, três meses sem chuva. Aí todo mundo ia pra lá no Cruzeiro rezar. Levava garrafinha de água. Rezava. O sol poderia ta rachando mamona. Antigamente a gente falava rachando mamona, né. O sol podia tá quente demais da conta, o povo ia todo mundo prá lá. No mesmo lugar que eles fez o mirante lá. Rezava lá menino, quando era de tarde, de noite assim caía a água e chovia de mansinho. O gente, era uma benção de Deus mesmo. Antigamente. Todo mundo ia, não faltava não.” (Ideu, contando sobre o cruzeiro, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

“Tinha uma penitenciazinha, assim. Tinha hora que tava muito seco levava água pra jogar nele, pra chover. E o povo tinha fé e tinha hora que fazia aquilo e quando voltava a água tava caindo.” (Antônio, contando sobre o cruzeiro, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

“Quando tinha muito sol juntava um punhado de gente pegava um punhadinho de fulô assim e subia lá em cima com umas garrafinha d’água e rezava o cruzeiro e jogava água no pé do cruzeiro pra chover.”... “Agora pra chover só quando deus quer mesmo.” (José, contando sobre o cruzeiro ,em 28/07/2014, por pesquisadores do Projeto Cipó)

¹³ É chamado de cruzeiro uma cruz de madeira localizada em um alto.

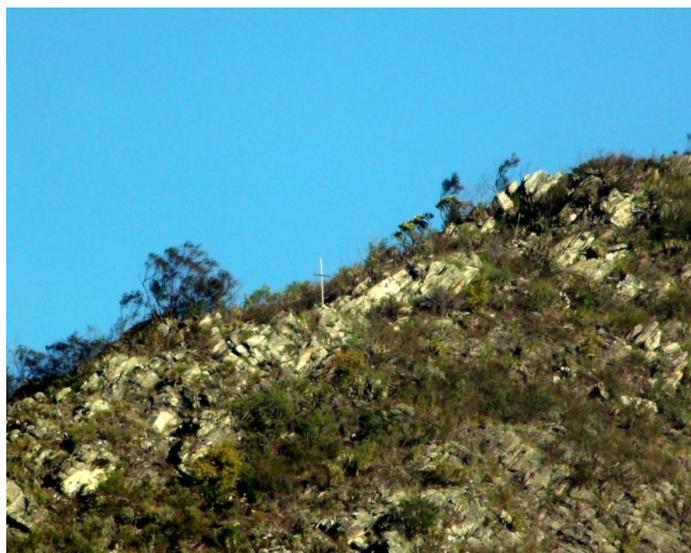


Figura 48, cruzeiro colocado por Ideu e seu irmão

Crenças

No Retiro todos os moradores são católicos. Alguns santos mencionados como aqueles em quem “o povo mais tem fé” foram: Nossa Senhora Aparecida, Santa Terezinha, Santa Luzia “protetora das vistas”, São João, São Pedro e Santo Antônio.

“Cada um tem uma fé, né. Deus é um só. Que nem eles falam, Deus é um só em pessoa as três, pai, filho e espírito santo. Nossa Senhora Aparecida, eu? Eu tenho muita fé com ela. A gente não pode é abusar. Nossa Senhora Aparecida, Santa Terezinha. É que nem eles falam assim, tardam mas não falham”. (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

“Molhava não. Era lá em cima, São Pedro.”(Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

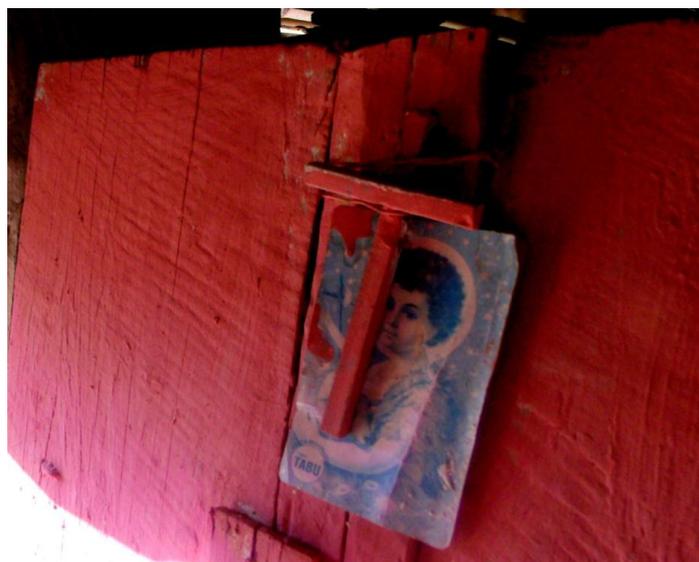


Figura 49, cruz e imagem de São João na porta da casa de Nediu

Leilões

Uma tradição identificada era a de fazer leilões para arrecadar dinheiro para “dá pro santo”. Aconteciam, assim como as rezas, nas casas e cada pessoa levava um alimento para ser leiloado, “Leilão, era uma festona”. De acordo com Antônio, antigamente os pratos eram feitos em casa ou colhidos no quintal, como: Queijo, rapadura, frango, lima, cana, cacho de banana, mexerica, laranja. Também eram enfeitados com flores e papéis ao redor do prato, “os leilão era enfeitado”. Em uma mesma noite eram 30, 40 pratos sendo leiloados.

Atualmente os leilões ainda ocorrem, costumam acontecer na igreja da cidade de Cardeal Mota durante o mês de maio. Antônio diz que a diferença é que hoje poucas pessoas participam e que muitos pratos são comprados e não caseiros, como outrora.

3.2.5 Entre Homens

Trabalho e Renda

Atualmente, nenhum morador vive somente da agricultura, como antigamente. Os alimentos produzidos nos quintais passaram a ser complementares para as mesas das famílias, sendo sempre necessário comprar alimentos na cidade. Ideu é o único que possui trabalho fixo no setor comercial de Cardeal Mota. Antônio além de trabalhar em seu quintal, trabalha também, como já mencionado, com turismo equestre dentro dos limites do Parque. José trabalha também em sua roça e realiza trabalhos para outros agricultores, diz: “Trabalho na roça aqui... Um dia aqui um dia ali pra ganhar um trocadinho...”(José, em 28/07/2014, por pesquisadores do Projeto Cipó). .

Relações familiares

As famílias que permaneceram dentro da área do Parque denominada como Retiro pertencem a um mesmo núcleo familiar. Todos são primos, netos do falecido Joaquim Manoel de Siqueira.

“A gente tudo é primo, o Zé é irmão de papai também. O tio Diolino que é pai dessa Piedade é irmão de papai também. É tudo é primo. Tinha muita gente que morava aí.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Casamentos entre parentes e famílias era algo comum na região. Antônio e José são primos por parte de mãe e de pai:

“Zé Levi, eu mais o Zé Levi é primo irmão. O pai dele é irmão de papai e a mãe dele é irmã de mamãe”... “Mas aqui foi casado primo com primo muito. Igual o filho do Geraldo Siqueira, casado com filho de Tio Levi, filho de Tio Dolino casado com... É primo com primo.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Durante os campos foi construída a árvore genealógica da família Siqueira, de modo a compreender melhor as relações familiares estabelecidas:

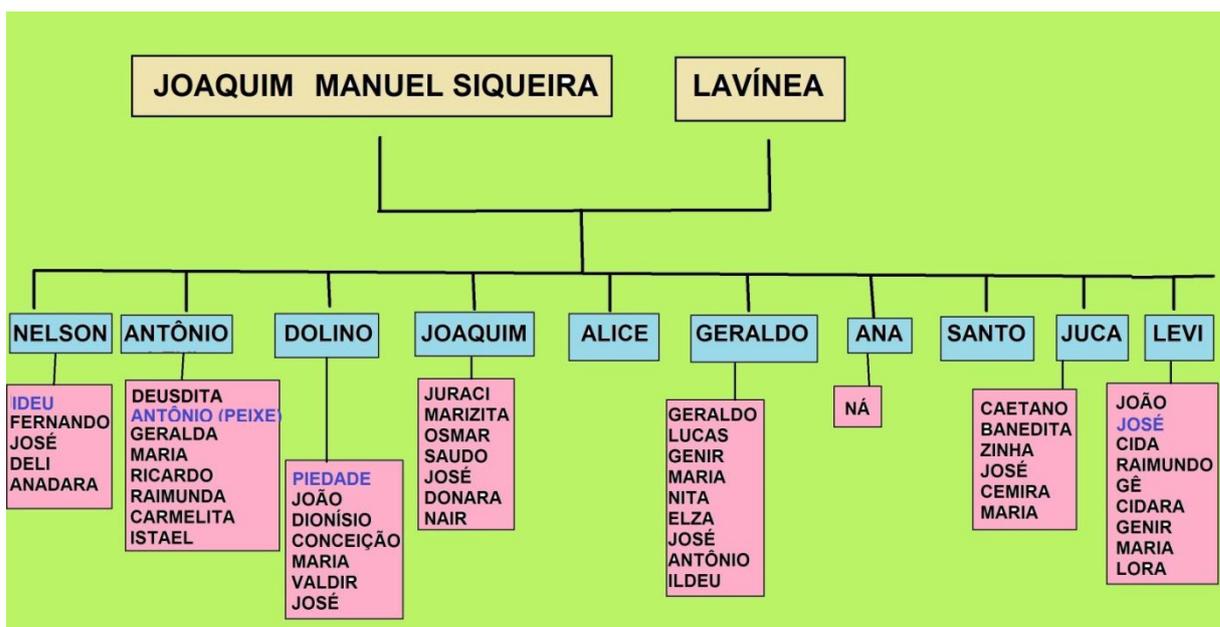


Figura 50, Árvore Genealógica da Família Siqueira¹⁴

Relações de trocas e solidariedade são presentes na vida cotidiana dos Retireiros. Durante as idas a campo foi possível perceber algumas, como:

- Ideu e Fátima dando leite e queijo para José e Aparecida
- Ideu e Fátima dando leite para Piedade
- Ideu e Fátima dando leite para Antônio
- José e Aparecida dando cacho de banana para Ideu e Fátima
- Antônio ajudando Ideu para arrastar com animal a égua que havia falecido
- José ajudando Piedade à tocar os bois

Outrora

Além da troca de trabalho e alimentos frequente no passado retireiro, a relação entre os morados era também estabelecida a partir das rezas, festas e folias:

¹⁴ Os nomes dos moradores do Retiro, aqui citados, estão escritos em azul.

“Nó! Nós vivia em festa”... “Era reza ou fazia um tipo de comer na casa de uma pessoa. Fazia e quando não tinha... o dia que você saísse daqui e chegasse na casa dos outros tinha uma festa. O povo agora não tá andando mais, pouco, mas sempre saía. Aqui em casa tem seis pessoas, sempre, pelo menos, cinco saía e ia na sua casa.” Às vezes o povo tava apertado na roça ali, às vezes tava capinando um arroz ali ó, chegava um aqui que jogava baralho ou com uma sanfonazinha, os de lá já vinha, entretinha. (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Danças e festejos tradicionais como o Candombe, Batuque, Congado, Roda, Moda de Quatro e a “entrega do pé de milho” eram típicos na região. Este último Antônio explica:

“Tinha entrega de pé de milho. Nós tinha uns trabalhador aí, e tinha trabalhador pagando dia, juntava tudo. Já tinha tudo já, o que não fosse ia, já vinha nas casas mesmo. Aí nós acabando de capinar a roça lá, era a entrega de pé de milho. Aqui tinha uma festa, fazia uma festa e eles traziam um pé de milho lá da roça, aí ia dançar no pé de milho.”... “Trazia um pé de milho. E na casa do outro era do mesmo jeito.”... “O dono da casa fazia a festa. O dono da roça fazia a festa na casa dele e trazia o pé de milho lá da roça. Hoje é entrega de milho na casa de fulano” (Antônio, explicando o que era a “entrega do pé de milho”, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

Sobre encontros, costumavam acontecer,

“Ou na casa ou nas encruzilhadas afora.”... “É. Encruzilhada também. Fala encruzilhada por conta de que eu ia subindo aqui ó, chegava ali de onde desce do Zé Levi, eu parava conversando mais ele. Nisso chegava um, chegava o outro conversando, juntava uma turma e contava caso até tarde. Um ia prum outro, ia prum outro. Hoje você marca tudo. E tinha as casas, né? O dia que todo mundo num tava na casa de um, tava na casa de outro.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

3.3 – As transformações do lugar, uma análise dos “Retireiros”

Aqui discutirei as transformações do lugar a partir das percepções de mudança dos moradores sobre as águas, os animais, a vegetação e suas próprias relações no Retiro.

Um das principais mudanças observadas está relacionada à falta do gado, à incidência de fogo e as consequências ambientais decorrentes:

“O que acera [corta/diminui] o pasto é o gado. Que o povo ia nessas mata aí. Aqui não tem mata, tem mata é na Serra aí. Tem até aqueles campão de mata. O fogo não entrava nele uai. O fogo não entrava porque o gado comia, limpava né? Os campo, nem se eles quebrava do lado de fora e reservava as matas. Por isso que ficou reservando [preservado] muito tempo. Aí o fogo entra, nas matas e mata as árvores. O capim, o próprio capim mesmo, porque o gado não vai comer pau. As árvores desse tamanho eles não come elas. Se tem o capim aqui, ele passa, come o capim e a árvore fica. A reservação [preservação] dela é mais. Deixa, ela cresce. Deixa uns quatro metros. O capim vai crescendo, igual esse meloso, o crescimento dele é indeterminado. A branquiaria cresce até certas alturas e pára o crescimento dela e se botar uma árvore de 10 metros, o meloso vai subindo nela. O meloso vai crescendo e enrolando, ela abafa tudo, o fogo vem e mata tudo. Às vezes isso [crescimento do pasto] é um trem de 20, 30 anos, vai criando facho, vai criando facho.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

“O povo que queimava assim, vinha e colocava fogo atrás da serra. Aí o povo colocava fogo atrás da serra e queimava. Queimava tudo. E não matava as árvore. Eles tinham gado, muito gado e o capim vinha baixinho e só queimava as folha que dava pezinho assim. Não matava as árvore. Hoje destruímento [destruição], o que destrói mesmo é o fogo. O fogo destrói tudo, acaba com tudo.”... “O que estragou muito foi o facho que cresce demais acaba e o povo põe fogo a Deus dará, aí mata vê que o facho tá grande demais e acaba com tudo. Antigamente não tinha nada disso não, eles ficavam aí meses e mais meses e não estragava as plantas, não matava árvore nenhuma. O fogo passava baixo, você via o fogo queimando assim, passava baixinho demais da conta.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Com a proibição, imposta a partir da implantação do PNSCI, de plantar utilizando o fogo (técnica coivara), dificultou a manutenção das roças. O aumento do número de capivaras também é vista como um empecilho para manter as plantações.

“Antigamente... hoje o fogo, eles colocam o fogo lá no fim do mundo. E se o fogo não combater queima tudo, acaba com tudo. Antigamente não tinha isso não, muitos anos atrás não tinha isso não. O povo roçava assim um quadradinho no lugar deles plantar pra cultivar o que tem no lugar de plantar. Agora hoje se você for roçar um capinzinho não tem jeito. Pra roçar hoje não tem jeito [se referindo à proibição de exercer a técnica da coivara].”... “Hoje tá assim, você não pode ter uma plantazinha, você não pode, o bicho come tudo. Não pode plantar porque a capivara come tudo. Hoje aqui afora você vê mais o que? Capivara. Tem capivara a doer.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

A quantidade de água nos rios também é uma mudança associada aos incêndios atuais, que, de acordo com Ideu também acabam com as nascentes.

“As água tá acabando.”... “Antigamente você via o rio aqui.”... “As água antigamente não acabava assim não. O rio antigamente aqui, antigamente ele era dez metros, quase vinte metros pra lá. Dez, quinze metros assim. Você olhava assim, antigamente. Fundo, ele era fundo. Mais ou menos era quase quinze metros. quase quinze metros de largura.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

As dificuldades de se manter no lugar onde cresceram são compreendidas por Antônio de forma complexa, ele aborda diversos elementos que justificam uma certa insatisfação com o atual Retiro:

“E não pagou ninguém a terra [o órgão gestor do PNSCI], o terreno, né, você vê esse chove não molha, não paga. E nem precisa de esperar. E vai chegando um tempo também o povo fica não. Ficar aqui pra fazer o quê gente? Não tem como você mexer com roça, com os trem, não tem como você fazer um pasto, não tem como fazer nada. O que você planta para você viver, bicho comeu. Tem que largar aí e ir pro apartamento mesmo. Eu falo com o povo da cidade... Você acredita que daqui uns tempo tem gente aqui? Você escuta o que eu estou falando com você aqui hoje. Vão fazer um levantamento do que era antes e do que está sendo hoje pra você ver, ninguém vai ficar aí pra você ver. Você vai plantar no interior hoje, qualquer coisa que você vai plantar, além de dar um trabalho você vai pagar um trabalhador, olha o preço que é por dia. É difícil você ver. Hoje não tá chovendo pra criar nada. Você planta uma mudinha hoje, de uma coisa mais simples. Você planta hoje uma muda de café, desse anão que dá mais depressa. Hoje se você plantar um pé de bananeira, ele demora quanto tempo pra dar? Se chover né? Tadinho, lá vai aquilo... Como uai? Quando num vai no chão tem esses bicho aí ó [apontando para parte do canalial derrubado pelas capivaras]. Capivara vem, passarinho vem e repica tudo ué.” (Antônio, em 16/05/2015, por Iara Freitas)

A saída dos moradores antigos de toda a área do Parque é considerado um fato que contribuiu para grande parte das mudanças no Retiro, como: o número de trabalhadores para mexer na terras, cuidar das criações e familiares para compartilhar festas e rezas. Alterando toda a forma de ser, viver e reproduzir os modos de vida no lugar.

“O Retiro já foi o Retiro. Hoje, o Retiro hoje acabou. Os mais velhos morreu, os mais novos foi saindo. Antigamente aqui o Retiro era lugar de fartura, era um lugar faturento, era fartura mesmo.”... “Todo mundo

plantava muito. Antigamente você tinha sua vaquinha de leite, você tinha sua criaçãozinha. Não tinha estrago que nem ta hoje, não tinha estrago. Aí ficou, o povo foi morrendo, os outros foram saindo.” “Nós podia que nem antigamente, que nem hoje. Hoje os velhos morreram, ficamos nós que estamos aí mais novo que tá aí. Nós não tamo tendo um, assim, pra poder tocar muita coisa né. Bom seria se tivesse todo mundo aí.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas).

Tais mudanças foram diretamente relacionadas pelos entrevistados com a chegada do PNSCI na região:

“Veio o parque, acabou mais com aquele... Mudou né?! Mudou porque os mais velhos foram morrendo, levou o terreno que nós tem, a gente não pode mexer muito na nossa terra, não pode fazer muita coisa nele. Mudou né.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Apesar da insatisfação dos tempos atuais e saudosismo dos tempos de outrora, há um reconhecimento, por parte dos moradores, sobre alguns benefícios que a região teve com a chegada do Parque, e sobre o que poderia acontecer caso o Parque também não estivesse chegado:

“Melhorou porque se não fosse o parque também ia ter muita casa aí pra cima, atrapalhava as água nossa aí. A nossa água aqui é muito boa né, não precisa nem filtrar pra você tomar elas. Em qualquer lugar você pode tomar elas.”... “Se não fosse o Parque tinha muita casa e ia vendendo terreno. O povo ia vendendo terreno mais e ia acabando com a natureza. A gente tem uma natureza muito boa. A gente tem um ar puro.” (Ideu, em 25/05/2015, por Iara Freitas)

Percebe-se, em geral, que há um certo “enfraquecimento” das conexões aqui listadas, quando comparadas ao passado. A relação com a terra e com as plantas se tornam mais distantes, algumas presentes apenas enquanto memória, uma vez que foram impossibilitados de manter as técnicas tradicionais de plantio e fazer grandes roças, como as de arroz, feijão e milho. Com a dificuldade de manterem o ofício de agricultor, trabalhar na cidade se torna uma alternativa, afastando-os ainda mais o trabalho diário na terra. Outras mudanças, como a diminuição do número de pássaros, devido à diminuição da produção de alimentos, também contribuem no aumento do número de pragas, o que diminui, ainda mais, a quantidade e efetividade de produção, causando assim um desequilíbrio em cadeia. Assim como está, as outras bases conectivas

(homem/animal; homem/mineral; homem/religiosidade e homem/homem) também foram enfraquecidas por restrições impostas na implantação do PNSCI e suas consequências.

Hoje, os “retireiros” procuram alternativas para se adaptarem à situação, buscando formas de obter renda dentro e fora do local onde nasceram, realidade esta descrita por Almada:

“As comunidades locais não apenas recebem passivamente as influências e impactos de agentes externos, mas são sujeitos nessas relações, capazes de reinventar e traduzir a modernidade a partir de seus sistemas culturais.”(ALMADA, 2012, p.150)

Procuram, também, “brechas” para manterem aquilo que os conectam ao lugar, como suas pequenas criações, roças e hortas.

Capítulo IV – ENTRE REALIDADES, DEBATES E PROPOSTAS: A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIODIVERSIDADE PARA A BIODIVERSIDADE

Os modos de viver, ser e reproduzir o/no lugar descritas no capítulo anterior faz pensar o quanto a natureza foi, e ainda é, fonte de conhecimentos e saberes, fundamentais no desenvolvimento de técnicas de plantio, inter-relações e conexões com o lugar. É evidente o quanto a implantação de uma unidade de conservação de proteção integral em área sobreposta a um território social acarretou transformações significativas no espaço, na biodiversidade local e nesses modos de viver, ser e reproduzir o/no lugar.

De acordo com Monteiro et al (2012) essa apropriação da natureza se dá a partir de um conjunto de valores culturais, se estruturando desde significações sociais dos recursos disponíveis, da práxis de manejo, até formas não-convencionais de organização econômica. A natureza, assim, percebida e apropriada por grupos sociais específicos, é compreendida de formas distintas em meio urbano, podendo assumir diversos sentidos. Para Harvey (2011 *apud* MONTEIRO *et al*, 2012, p.2) a categoria natureza abrange quase tudo, “pouco pode ser imaginado como uma natureza pura e intocada, ausente de qualquer alteração humana”.

Como categoria de significação e construção social, o meio ambiente, situa-se em e é constituído em meio a uma disputa ideológica e concreta em torno de seu uso. A partir de dicotomias modernas entre sociedade/natureza, destruição/proteção, surgem unidades de conservação de uso integral, imbuídas em uma perspectiva preservacionista, em que o homem é colocado como destruidor da natureza. Tais UCs são influenciadas e também contribuem para essas dicotomias. Alinham-se à regras de produção capitalista do espaço, uma vez que não questionam o padrão de consumo da modernidade e tratam a natureza segundo exigências da sociedade neocapitalista (se tornando espaços de recreação para os urbanos; pesquisas científicas e produção de serviços ambientais destinados às cidades) (MONTEIRO e PEREIRA, s.d).

As unidades de conservação de uso integral, como Parques Nacionais, quando materializadas depararam-se, muitas vezes, com territórios sociais de comunidades rurais, espaços vividos, constituídos historicamente pelas comunidades que ali habitam, gerando espaços de conflitos ambientais e disputas territoriais (MONTEIRO, 2011). Assim como descrito no conflito entre o PNSCI e as populações locais, as limitações de uso impostas sobre o território provocam impactos sobre as comunidades atingidas, uma

vez que racionalidades distintas na relação com a natureza, diferentes concepções de espaço, e, em suma, diferentes visões sociais de mundo, disputam o mesmo território: “Tais UCs configuram-se, assim, como a-históricas, atemporais e a-relacionais.” (MONTEIRO e PEREIRA, s.d, p.6).

Nota-se uma frequente incidência de UCs de proteção integral em territórios sociais. De acordo com Arruda (1999) no interior e no entorno de grande parte dessas UCs no Brasil existem populações tradicionais se relacionando com essa área de alguma forma. O autor apresenta dados importantes:

“35% das unidades de conservação da Amazônia se sobrepõem a áreas indígenas”... “39% do conjunto das UCs dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná existem moradores. No Rio de Janeiro 73% delas têm moradores no seu interior. No Paraná, 20% e no Espírito Santo, 25%.”... “No Estado de São Paulo dados do Instituto Florestal mostram que existem populações tradicionais em praticamente todas (73%) as unidades restritivas de grande porte.” (ARRUDA, 1999, p. 80)

Tal fato pode ser explicado a partir da ideia de que as UCs de proteção integral são implantadas em áreas com altos índices de biodiversidade, embasado em subsídios teóricos distintos ao longo do tempo, e que áreas com alto índices de biodiversidade coincidem com territórios ocupados tradicionalmente. Segundo Toledo (2001, p.3) em escala global “a diversidade humana cultural está associada com as concentrações remanescentes de biodiversidade”, e podem ser comprovadas quando se sobrepõem mapas de áreas de alta biodiversidade com mapas de áreas com alta diversidade de idiomas¹⁵. Araújo (2002, *apud* SANTILLI, 2003) destaca, a partir de estudos, ser os povos e comunidades tradicionais responsáveis, em grande parte, pela diversidade biológica, produto de suas interações e manejo da natureza.

É importante também atentar que, de acordo com Toledo (2001), o reconhecimento da contribuição dos povos tradicionais para a biodiversidade tem sido contrabalanceado com o fato de que, em casos específicos¹⁶, esses grupos também podem agir de forma a contribuir com a degradação ambiental, e não com a conservação.

Para uma maior compreensão de como a sociodiversidade se relaciona com a

¹⁵ A diversidade de idiomas é considerada o melhor indicador de uma cultura diferenciada (TOLEDO, 2001, p. 3)

¹⁶ Como “altas taxas de crescimento demográfico, pressões do mercado, uso de tecnologias não apropriadas, desorganização local” (TOLEDO, 2001, p.12)

biodiversidade, cabe aqui discorrer, inicialmente, sobre os conceitos e debates que envolvem a biodiversidade. De acordo com Toledo (2001,p.7) este é um conceito amplo, que se refere a “variedade de paisagens, ecossistemas, espécies e gens”, e para sua conservação, caracterizada como um processo social e político, são necessários esforços em todos esses níveis. O conceito de biodiversidade, comumente utilizado por cientistas naturais é descontextualizado do domínio cultural e se difere do conceito construído e apropriado pelas populações tradicionais (SANTILLI, 2003). Ainda, para Empeaire *et al.* (2008), ao se tratar da diversidade de plantas cultivadas em território tradicional no Rio Negro (Amazonas/Brasil), manejo que influencia a biodiversidade local, é necessário compreendê-lo para além de valores agrícolas e biológicos, e sim como fruto de vários domínios da vida produtiva e cultural daquela comunidade.

Os conhecimentos e práticas tradicionais de manejar a terra, o território e espécies vegetais e animais, de modo a contribuir com a biodiversidade, além de serem ameaçados por esse modelo de conservação da natureza, já mencionado, também não são assegurados às comunidades. A necessidade de proteger tais saberes é prevista em diversos diplomas legislativos¹⁷, no entanto, o sistema de patentes não confere qualquer tipo de proteção aos conhecimentos de natureza tradicional. Os produtos e processos gerados a partir de inventos e criatividade de comunidade tradicionais, acabam sendo utilizados por empresas de biotecnologia, direta ou indiretamente, para desenvolver processos e produtos, depois patenteados, monopolizados e comercializados no mercado mundial (SANTILLI, sd).

Os conhecimentos tradicionais, transmitidos de forma oral e geracional, são considerados de domínio público dentro do sistema de patentes atual. Tal sistema vigente, de proteção a direitos de propriedade intelectual, dialoga apenas com conhecimentos individualmente produzidos, excluindo aqueles que são produzidos de forma coletiva. Ainda, para Cunha e Almeida (2002), citados por Santilli (2003, p.58), não é possível usar o mesmo sistema de patente para conhecimentos tradicionais, uma vez que transforma aquele conhecimento que era compartilhado de diversas formas por um conhecimento reservado. Tais autores afirmam que esses mecanismos de proteção, quando utilizados para proteger os saberes de uma dada comunidade, pode vir a “destruir o sistema que os produz e matar o que se queria conservar”.

¹⁷ Ver em Santilli, s.d, p. 3-5 e em MENDES, A. B. V. ; COSTA FILHO, A. ; SANTOS, Ana Flávia . Tratados internacionais, populações tradicionais e diversidade biológica. Teoria & Sociedade (UFMG), v. esp., p. 235-250, 2014.

De forma a contribuir para o debate, a autora Juliana Santilli (2003), apresenta premissas de uma proposta para criação de regimes legais de proteção a direitos intelectuais coletivos de conhecimentos tradicionais que levem em consideração as especificidades culturais de geração destes¹⁸.

Em maio deste ano foi aprovado o novo marco legal da biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que regula o acesso e a exploração econômica dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade. O Projeto de Lei (n.º 7.735/2014), que veio a ser sancionado (com alguns vetos), foi amplamente debatido e criticado por organizações, movimentos sociais e representantes de comunidades tradicionais, por representar apenas o interesse da indústria e do agronegócio. Como publicado no site da organização Terra de Direitos¹⁹, os grupos que estão diretamente afetados questionaram que o PL permitiria que “empresas internacionais e nacionais explorem sem controle a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados.” Como fruto desses questionamentos foi redigida uma carta²⁰ com as principais reivindicações levantadas e assinada por mais de 100 entidades, entre elas associações, articulações, concelhos, cooperativas e movimentos sociais.

A Lei, como já dito, foi sancionada, e como resultado dessa articulação foi vetada pela Presidenta Dilma Rousseff, pelo menos, três dispositivos que atenderam às reivindicações:

“Dilma vetou o artigo que isentava de repartição de benefício os produtos derivados de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000. Também retirou do texto a possibilidade das indústrias escolherem, com exclusividade, o destinatário final da repartição de benefícios não monetária no caso de acesso a recursos genéticos.”... “Outro veto garantiu que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) fiscalize o acesso e exploração do patrimônio genético” (<http://www.socioambiental.org/>)

Como publicado no site do Instituto Socioambiental²¹, os vetos feitos foram considerados importantes para alguns ativistas entrevistados, no entanto não contemplam todas as medidas reivindicadas. Em entrevista, a assessora do Instituto

¹⁸ Ver em Santilli, 2003, p. 59

¹⁹ Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/2015/03/02/organizacoes-e-movimentos-sociais-repudiam-projeto-de-lei-que-destroi-biodiversidade-nacional/>>

²⁰ Carta disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Carta-do-PCTS-e-Camponeses-ao-Governo-Federal.pdf>>

²¹ Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-sanciona-nova-lei-da-biodiversidade-com-cinco-vetos>>

Socioambiental diz que a lei continua inaceitável e não traz segurança jurídica para os povos e comunidades tradicionais.

Diante dessa discussão, sobre a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais para a manutenção da biodiversidade, e considerando sua constante ameaça diante de alguns dos atuais meios de conservação ambiental, de um lado, e de interesses do capital privado de indústrias de biotecnologia, do outro, me cabe aqui fazer referências a experiências positivas no que diz respeito a gestões participativas e compartilhadas, implantação de Termos de Compromisso e redelimitações de áreas em UCs de uso integral. Tais experiências acabaram por colaborar para a valorização e seguimento dessas comunidades e seus saberes em territórios sociais sobrepostos à áreas destinadas a conservação da natureza, como Parques Nacionais.

Uma das experiências a serem apresentadas, descrita por Ferreira e Simões (2008), se trata do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, situado em Ubatuba, que optou por manter as comunidades quilombolas e caiçaras em uma UC de proteção integral. Para um enfrentamento das questões relativas à presença dos moradores na UC, a gestão da unidade incorporou algumas iniciativas. Cito aqui algumas que considero importantes, como exemplo, para resolução do conflito em análise (PNSCI/População local): *expressão pública dos conflitos entre administração do Parque e os moradores; opção pela cooperação, através do diálogo, por parte da administração da Unidade, como forma mais adequada de gestão do conflito; cooperação e gestão compartilhada; reconhecimento do território tradicionalmente ocupado; consolidação de uma Câmara Técnica no Conselho Consultivo para estudar, propor e implantar instrumento jurídico para a regularização das atividades passíveis de serem desenvolvidas; processos de reconhecimento e regulamentação da presença das comunidades* (FERREIRA e SIMÕES, 2008, p.3)

Como instrumento técnico foi criado, de forma participativa, o Plano de Uso Tradicional para estabelecer a regulamentação das atividades passíveis de serem desenvolvidas pelas comunidades. De modo a atender demandas específicas dos residentes por infra-estrutura básica (saneamento, luz, abastecimento de água, estradas), vários estudos também foram desencadeados. Essa regulamentação foi incorporada no Plano de Manejo da Unidade e estabeleceu as áreas ocupadas tradicionalmente como Zona Histórico Cultural Antropológica. As autoras configuram ainda diretrizes gerais para gestão desses territórios (2008, p.15)

Uma opção ainda em estudo na Câmara Técnica formada foi a possibilidade de alterar os limites do Parque onde há população tradicional e não-tradicional residente e redefinir a área ocupada como categoria de manejo de uso sustentável, mais adequada à situação. A redefinição dos limites de UCs de proteção integral em função da presença humana nessas unidades também é citada por Gustavo Ferreira (2013), se tratando do Parque Nacional da Serra da Canastra. Nesse caso, segundo Ferreira (2013), a proposta foi encaminhada em Projetos de Lei da Câmara (147/2010 e 148/2010) e uma proposta alternativa aos projetos, que cria um Monumento Natural dos Vales da Canastra de 2011, todas estão ainda em andamento.

No caso do Parque Nacional do Jaú (PNJ), relatado por Mendes (2009), em 2004 foi feito o pedido, por parte da comunidade que teve seus territórios tradicionais sobrepostas a UC, de criação da RESEX Unini no entorno do Parque. Apesar de reiteradas afirmativas, por parte da comunidade, que a criação dessa UC de uso sustentável iria diminuir o conflito existente entre a comunidade e o PNJ, uma vez que teriam “possibilidades de sobrevivência e continuidade de utilização das atividades que tradicionalmente realizam” (p. 263), não fica claro o objetivo real da criação da RESEX²². O debate realizado por Mendes (2009) questiona se unidades de conservação de uso sustentável (RESEX ou RDS) também não acabam por ceifar, de certa forma, procedimentos e características definidoras de grupos culturais.

Partindo do pressuposto de que “culturas não são entidades fechadas e fixas, imutáveis ou estáticas. Ao contrário, são processos sociais que dizem respeito a mudanças e permanências” (MENDES, 2009, p. 266), ideia defendida por inúmeros antropólogos e sociólogos, há de se refletir em que medida políticas públicas direcionadas à proteção de grupos culturalmente diferenciados também não contribuem para a cristalização dessas culturas, institucionalizando “sujeitos conservacionistas” (MENDES, 2009, p. 266).

Outra via para normatizar a relação entre populações tradicionais residentes no interior de unidades de conservação é o termo de compromisso (TC). De acordo com Lindoso e Parente (2013) este é um instrumento do Direito, previsto no Decreto 4.340/2002, que regulamenta dispositivos da lei do SNUC. De acordo com os autores,

²² “Se a RESEX está sendo pleiteada para garantir o reassentamento dos moradores e a regularização fundiária do Parque do Jaú, ou se é apenas para o desenvolvimento de atividades de manejo sustentável em área externa ao parque, permanecendo os moradores onde estão.” (MENDES, 2009, p.263)

“Esse instrumento é aqui entendido como um processo de construção participativa, que coloca a necessidade de se estabelecerem novos termos para uma concepção da relação sociedade-natureza mais compatível com os preceitos de sociedades democráticas e reconhecedoras da validade dos conhecimentos tradicionais para a Conservação.”(LINDOSO e PARENTE, 2012, p.111)

O TC é um documento provisório até que uma solução definitiva da situação seja encaminhada, sendo o documento um caminho de transição para a garantia de direitos e conhecimento das possibilidades de pensar uma conservação ambiental aliada aos saberes locais. Um exemplo mencionado no mesmo artigo é da região do Jalapão, no estado do Tocantins, fronteira com Bahia, Piauí e Maranhão, em que o TC foi uma demanda das comunidades inseridas nos limites de três UCs de proteção integral da região.

Percebe-se, de forma geral, uma ausência do poder público, municipal, estadual e federal, para com a comunidade do Retiro, uma vez que não é reconhecida como tradicional e seus moradores não são assistidos por nenhum programa social (como o bolsa família). No entanto, como descrito por Thorkildsen (2014), a participação em práticas agrícolas, conhecimentos tradicionais e a agrobiodiversidade podem sofrer diminuição com a inclusão de políticas sociais de transferência de renda e cestas básicas em comunidades tradicionais. Sendo assim, seria interessante que a maneira como o poder público, por meio de programas de assistência social, contribuísse com local, fosse tratada de forma cautelosa e cuidadosa, podendo ser mais interessante o incentivo a meios de produção agrícola familiar e de subsistência.

Outro ponto a ser destacado e que merece ser levado em consideração pelo órgão gestor do PNSCI, já apontado no primeiro capítulo deste trabalho, é o levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Serra do Cipó/ Minas Gerais, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-MG), que reconhece a região como área cultural importante no cenário brasileiro, sendo inventariados 382 bens culturais de natureza imaterial. Além disso, é fundamental o reconhecimento das riquezas de conhecimentos e relações que a comunidade do Retiro estabeleceu ao longo de décadas com seu território, criando formas específicas de viver, ser e reproduzir o/no lugar, maneiras estas que descritas no segundo capítulo deste trabalho. Para tanto, cabe lembrar uma citação “Toda realidade é mais rica do que a representação que dela se possa ter” (MONTEIRO et al, 2012, p.3). O reconhecimento

de bens culturais de natureza imaterial presentes no Retiro, em parceria com o IPHAN, seria também um meio de reconhecer e garantir direitos a essa comunidade.

As propostas para uma gestão mais integrada à comunidade local do Retiro presente na área determinada como Parque Nacional da Serra do Cipó foram aqui lançadas, apostando na capacidade, contribuição e direitos da comunidade para manejar seus ambientes, em contraposição à imposição de regras e normas a serem seguidas por esta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó acarretou mudanças significativas para os moradores do Retiro. A insegurança de se manter no lugar e a falta de perspectiva para um futuro no local, também são sentimentos que afligem os que ali estão resistindo no território.

A forma inadequada com que gestões anteriores lideram com as populações que ali residiam, acarretando na consolidação de uma imagem negativa do PNSCI, foi reconhecida pela gestão atual. Além disso, os atuais gestores têm demonstrado interesse em resolver conflitos pendentes com moradores e ex-moradores do Parque, estabelecendo um diálogo e melhor relação.

Para isso, vejo a necessidade, por parte da gestão, de uma real abertura para com essa comunidade. É fundamental que a questão fundiária, ainda não resolvida, seja, ao menos, esclarecida aos envolvidos. Outra forma de aproximação seria o convite, por parte da gestão, aos moradores e ex-moradores da UC para participarem das reuniões do Conselho Consultivo. Seria interessante, até mesmo, que futuramente passassem a ocupar, por meio de um representante, uma cadeira de conselheiro. Outra questão, essencial, é que a gestão reconheça os moradores atuais como atores fundamentais para as tomadas de decisões dentro da UC, respeite seus modos de vida e garanta a permanência dos moradores atuais em seus territórios. Experiências positivas entre gestões de UCs de uso integral e comunidades locais foram aqui lançadas.

A atuação do Poder Público frente aos moradores do Retiro também é considerada como de essencial importância. Visto que estão dentro de uma Unidade de Conservação, e a proteção desta é de interesse principal do Estado, cabe a ele ofertar o saneamento básico no local, instalando fossas ecologicamente corretas, que garantam a salubridade das casas e saúde aos moradores. Além disso, reforço aqui a importância de um reconhecimento das riquezas de conhecimentos e relações que a comunidade do Retiro estabeleceu ao longo de décadas com seu território, criando formas específicas de viver, ser e reproduzir o/no lugar.

É evidente que os saberes e relações dos “Retireiros” com o lugar pode ser mais aprofundada em um trabalho de mais fôlego, sendo ainda possível conhecer com mais profundidade a relação destes com o espaço, com o território, ultrapassando as relações estabelecidas nos quintais. Seria interessante também pesquisar saberes e relações com

o local daqueles moradores que não moram mais ali, no entanto, nascidos e criados no lugar continuam estabelecendo vínculos. A ideia de “retireiro” também deve ser melhor desenvolvida em trabalhos futuros.

Espero, com este trabalho, poder contribuir para a comunidade do Retiro, de modo a assegurar os seus direitos à terra e ao território e colaborar para que seus modos de vida possam continuar e ser ali reproduzidos, respeitados e reconhecidos pelo Poder Público e pelo órgão gestor do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Para concluir, deixo aqui uma reflexão de MENDES (2009), que também contribua para uma política de proteção da natureza mais ampla e humanista.

“A implantação de UCs prescinde tanto de recursos humanos e financeiros adequados para ser eficaz enquanto política conservacionista, quanto do respeito às populações que habitam estas áreas, respeito este entendido de uma maneira ampla e humanista, que inclui verdadeira participação destas populações nas definições das regras de uso e/ou medidas indenizatórias ou compensatórias em decorrência da implantação das UCs.” (MENDES, 2009, p. 324)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Emmanuel Duarte. Entre Serras: etnoecologia de duas comunidades quilombolas no sudeste brasileiro. (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade* - Ano II – N° 5, 1999.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. "Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção", In: *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. 2001.

BIODIVERSITAS. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Biodiversitas. (s.d.) Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org.br/rbse/default.asp>>. Acesso em: 04 de maio de 2014.

BRAGA, S. S. Serra do Cipó [manuscrito] : a complexidade de uma região moldada pelo tempo, turismo e geografia. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.

BRASIL, 2000. Lei nº 9.985. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências (SNUC). Brasília, 18 jul. 2000

BRASIL. 2015. Decreto nº 13.123. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 fev. 2007.

CARTA: Povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares repudiam projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional. Brasília, 2015. Disponível em <<http://terradireitos.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Carta-do-PCTS-e-Camponeses-ao-Governo-Federal.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2015

CREADO, Eliana Santos Junqueira; FERREIRA, Lúcia da Costa. O caleidoscópio conservacionista: o snuc como um acordo temporário no ambientalismo. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade* – Ano II, Nº 4, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada* / Antonio Carlos Santana Diegues. — 3.a ed. — São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

EMPERAIRE, L.; VELTHEM, L. V.; OLIVEIRA, A. G.; Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: o manejo da diversidade agrícola no médio Rio Negro Amazonas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, n. XXVI, Porto Seguro – BA, 2008.

FERREIRA, G. A regularização fundiária no Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta. 2013. Tese (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, L. C.; SIMÕES, E.; Gestão Compartilhada entre Caiçaras, Quilombolas e Técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM). 2008

GARCÍA, V. Reyes; Sanz, N. Martí. Etnoecología: punto de encuentro entre naturaleza y cultura. *Ecosistemas Revista científica y técnica de ecología e medio ambiente*. *Ecosistemas* 16 (3): 46-55. Septiembre 2007.

ICMBio. Plano de Manejo Parque Nacional da Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira. Brasília, 2009

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Governo sanciona nova Lei da Biodiversidade com cinco vetos. 2015 Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-sanciona-nova-lei-da-biodiversidade-com-cinco-vetos>>. Acesso em 17 jun. 2015

IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais Serra do Cipó/Minas Gerais: levantamento preliminar. Brasília, 2011.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILLIPPI JR, A. (Org). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo : Signus Editora, 2000

LINDOSO, L. C.; PARENTE, T. G.; Termo de Compromisso e Participação Social: Possibilidades para a Inovação Institucional na Conservação da Biodiversidade. Participação Social na Gestão Pública da Sociobiodiversidade. Biodiversidade Brasileira, 4(1): 111-129, 2014

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade - Série antropologia. Universidade de Brasília, 2002.

MARQUES, José Geraldo W. Pescando Pescadores: Ciência e Etnociência em uma Perspectiva Ecológica. 2ª.Ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

MENDES, Ana Beatriz V. Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça. Tese de doutorado apresentada ao Programa Ambiente & Sociedade NEPAM: Unicamp. Campinas, 2009.

MENDES, A. B. V. ; COSTA FILHO, A. ; SANTOS, Ana Flávia . Tratados internacionais, populações tradicionais e diversidade biológica. Teoria & Sociedade (UFMG), v. esp., p. 235-250, 2014.

MENDES, Ana Beatriz Vianna & GRABNER, Maria Luiza. Presença Humana em Unidades de Conservação. In: Capacitação de Gestores de UC. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica – Fundação Florestal, 2014.

MENDES, Ana Beatriz Vianna; Silva, Eduardo Faria; Simões, Eliane. Povos e comunidades tradicionais no Brasil: uma perspectiva sócio-antropológica. Artigo para o livro da Rede Ibero-Americana Ambiente e Sociedade – Dimensões humanas das mudanças ambientais e climáticas em áreas protegidas e vulneráveis. (s.d.).

MONTEIRO, F. T. Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional Das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais. 2011. 241f. Tese (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MONTEIRO, F. T; PEREIRA, D. B. A moderna produção capitalista do espaço sobreposta/imposta a territórios rurais camponeses: as unidades de conservação de proteção integral. S.d.

MONTEIRO, F. T; PEREIRA, D. B.; GAUDIO, R. S. Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional Das Sempre-Vivas: Entre ideologias e territorialidades. Sociedade e Natureza, Uberlândia, ano 24 n. 3, 419-434, set/dez. 2012

SANTILLI, J. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. Sd

SANTILLI, J. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. In: LIMA, A; BENSUSAN, N. (org.). Quem cala consente? : subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2003.

SOCT/CETEC. Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Par-que Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte: Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT) / Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), ago. 1982a.

TERRA DE DIREITOS. Organizações e Movimentos Sociais repudiam projeto de lei que destrói biodiversidade nacional. 2015. Disponível em:
<<http://terradedireitos.org.br/2015/03/02/organizacoes-e-movimentos-sociais-repudiam-projeto-de-lei-que-destroi-biodiversidade-nacional/>> Acesso em 17 jun. 2015

THORKILDSEN, K. Mudanças Socio-Ecológicas em uma Comunidade Quilombola na Mata Atlântica do Sudeste do Brasil. In: Human Ecology, 42:913-927, 2014

TOLEDO, Victor M. Povos / Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. Instituto de Ecologia, Unam, México. Tradução:Prof.Antonio Diegues. In: Levin, S. *El Al.*, (eds.) Encyclopedia Of Biodiversity. Academic Press, 2001.

TOLEDO, Victor Manuel; Barrera-Bassols, Narciso. A Etnoecologia: Uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. Desenvolvimento e meio ambiente, Editora UFPR. N. 20, P. 31-45, Jul./Dez. 2009.

ANEXOS

Termos de consentimento livre e esclarecido apresentados aos moradores participantes:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ILDEU TARSICIO SIQUEIRA, consenti em participar de uma pesquisa para a realização de um Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação da Professora Doutora Ana Beatriz Vianna Mendes e realizada por Iara Oliveira Silva e Freitas. Declaro que fui informado antes dos objetivos do projeto e o que será feito durante sua execução. A pesquisadora comprometeu-se em respeitar nossas especificidades culturais e não divulgar nenhuma informação sem a minha permissão.

Finalidade do Estudo

Entender a mudança nas formas de viver das pessoas que hoje moram no Retiro, desde a chegada do Parque Nacional da Serra do Cipó.

O que vai ser estudado?

- O que é o Retiro para os moradores do Retiro;
- Como era o Retiro.
- Quais são as relações e os conhecimentos dos moradores do Retiro com as plantas, os animais, a religião, a terra e entre os próprios moradores.
- O que mudou desde a chegada do Parque no Retiro?

Como?

- Essa pesquisa irá ser feita por meio de: Entrevistas; realização de mapas do local junto aos moradores, caminhada no Retiro com os moradores, observações do dia-a-dia dos moradores e um levantamento do que tem nos quintais (Quais plantas são nativas? Quais são plantadas? Tem uso? Qual?)

Quando e onde?

A pesquisa será realizada nos meses de maio e junho de 2015 com os atuais moradores do Retiro, na Serra do Cipó – Minas Gerais.

A pesquisadora esclareceu os seguintes pontos:

1. A pesquisadora apontou como riscos do seu trabalho o acesso a informações que não desejamos tornar públicas, e por isso se compromete a não divulgar tais informações, quando for o caso, sempre que for orientada;
2. Durante qualquer das etapas de pesquisa, o sujeito entrevistado é livre para retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo para o mesmo;
3. Está garantido o sigilo da identidade dos sujeitos da pesquisa;

Belo Horizonte, 14 de MAIO de 2015.

Contatos
Iara Oliveira Silva e Freitas
Telefone: (31) 94576240
Email: iarinhafig@hotmail.com
Estudante do curso de Ciências Socioambientais
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ANTÔNIO FERREIRA, consenti em participar de uma pesquisa para a realização de um Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação da Professora Doutora Ana Beatriz Vianna Mendes e realizada por Iara Oliveira Silva e Freitas. Declaro que fui informado antes dos objetivos do projeto e o que será feito durante sua execução. A pesquisadora comprometeu-se em respeitar nossas especificidades culturais e não divulgar nenhuma informação sem a minha permissão.

Finalidade do Estudo

Entender a mudança nas formas de viver das pessoas que hoje moram no Retiro, desde a chegada do Parque Nacional da Serra do Cipó.

O que vai ser estudado?

- O que é o Retiro para os moradores do Retiro;
- Como era o Retiro.
- Quais são as relações e os conhecimentos dos moradores do Retiro com as plantas, os animais, a religião, a terra e entre os próprios moradores.
- O que mudou desde a chegada do Parque no Retiro?

Como?

- Essa pesquisa irá ser feita por meio de: Entrevistas; realização de mapas do local junto aos moradores, caminhada no Retiro com os moradores, observações do dia-a-dia dos moradores e um levantamento do que tem nos quintais (Quais plantas são nativas? Quais são plantadas? Tem uso? Qual?)

Quando e onde?

A pesquisa será realizada nos meses de maio e junho de 2015 com os atuais moradores do Retiro, na Serra do Cipó – Minas Gerais.

A pesquisadora esclareceu os seguintes pontos:

1. A pesquisadora apontou como riscos do seu trabalho o acesso a informações que não desejamos tornar públicas, e por isso se compromete a não divulgar tais informações, quando for o caso, sempre que for orientada;
2. Durante qualquer das etapas de pesquisa, o sujeito entrevistado é livre para retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo para o mesmo;
3. Está garantido o sigilo da identidade dos sujeitos da pesquisa;

Belo Horizonte, 15 de MAIO de 2015.

Contatos

Iara Oliveira Silva e Freitas

Telefone: (31) 94576240

Email: iarinhafig@hotmail.com

Estudante do curso de Ciências Socioambientais

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, JOSÉ FERREIRA DA SILVA, consenti em participar de uma pesquisa para a realização de um Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação da Professora Doutora Ana Beatriz Vianna Mendes e realizada por Iara Oliveira Silva e Freitas. Declaro que fui informado antes dos objetivos do projeto e o que será feito durante sua execução. A pesquisadora comprometeu-se em respeitar nossas especificidades culturais e não divulgar nenhuma informação sem a minha permissão.

Finalidade do Estudo

Entender a mudança nas formas de viver das pessoas que hoje moram no Retiro, desde a chegada do Parque Nacional da Serra do Cipó.

O que vai ser estudado?

- O que é o Retiro para os moradores do Retiro;
- Como era o Retiro.
- Quais são as relações e os conhecimentos dos moradores do Retiro com as plantas, os animais, a religião, a terra e entre os próprios moradores.
- O que mudou desde a chegada do Parque no Retiro?

Como?

- Essa pesquisa irá ser feita por meio de: Entrevistas; realização de mapas do local junto aos moradores, caminhada no Retiro com os moradores, observações do dia-a-dia dos moradores e um levantamento do que tem nos quintais (Quais plantas são nativas? Quais são plantadas? Tem uso? Qual?)

Quando e onde?

A pesquisa será realizada nos meses de maio e junho de 2015 com os atuais moradores do Retiro, na Serra do Cipó – Minas Gerais.

A pesquisadora esclareceu os seguintes pontos:

1. A pesquisadora apontou como riscos do seu trabalho o acesso a informações que não desejamos tornar públicas, e por isso se compromete a não divulgar tais informações, quando for o caso, sempre que for orientada;
2. Durante qualquer das etapas de pesquisa, o sujeito entrevistado é livre para retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo para o mesmo;
3. Está garantido o sigilo da identidade dos sujeitos da pesquisa;

Belo Horizonte, 15 de MAIO de 2015.

Contatos

Iara Oliveira Silva e Freitas
Telefone: (31) 94576240
Email: iarinhafg@hotmail.com
Estudante do curso de Ciências Socioambientais
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG